

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
FACULDADE DE LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGUÍSTICA  
MESTRADO EM LINGUÍSTICA

GIULIANO MARTINS PORTO DE SOUZA

**MANUAIS DE REDAÇÃO E ESTILO:  
DA FORMAÇÃO DISCURSIVA JORNALÍSTICA ÀS IMPOSIÇÕES DO MERCADO  
EDITORIAL**

Maceió

2018

GIULIANO MARTINS PORTO DE SOUZA

**MANUAIS DE REDAÇÃO E ESTILO:  
DA FORMAÇÃO DISCURSIVA JORNALÍSTICA ÀS IMPOSIÇÕES DO MERCADO  
EDITORIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Linguística, com linha de pesquisa em Análise do Discurso.

Orientador: Prof. Dr. Sóstenes Ericson Vicente da Silva

Maceió

2018

**Catálogo na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Central**

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho

S729m Souza, Giuliano Martins Porto de.  
Manuais de redação e estilo : da formação discursiva jornalística às imposições do mercado editorial / Giuliano Martins Porto de Souza. - 2019.  
75 f.

Orientador: Sóstenes Ericson Vicente da Silva.  
Dissertação (mestrado em Letras e Linguística) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística. Maceió, 2018.

Bibliografia: f. 72-75.

1. Análise de discurso. 2. Jornalismo - Manuais de estilo. I. Título.

CDU: 82-92:655.254.22



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
FACULDADE DE LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGUÍSTICA



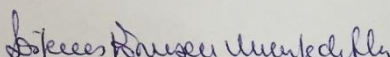
## TERMO DE APROVAÇÃO

GIULIANO MARTINS PORTO DE SOUZA

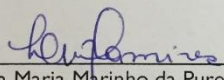
Título do trabalho: "MANUAIS DE REDAÇÃO E ESTILO: Da formação discursiva jornalística às imposições do mercado editorial"

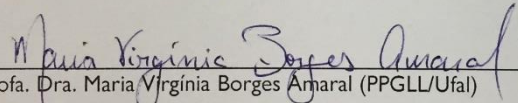
Dissertação aprovada como requisito para obtenção do grau de MESTRE em LINGUÍSTICA, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Alagoas, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:

  
Prof. Dr. Sóstenes Ericson Vicente da Silva (PPGLL/Ufal)

Examinadores:

  
Profa. Dra. Lídia Maria Marinho da Pureza Ramires (Ufal)

  
Profa. Dra. Maria Virgínia Borges Amaral (PPGLL/Ufal)

Maceió, 18 de dezembro de 2018.

“Antes de existir computador, existia TV  
Antes de existir TV, existia luz elétrica  
Antes de existir luz elétrica, existia bicicleta  
Antes de existir bicicleta, existia enciclopédia  
Antes de existir enciclopédia, existia alfabeto  
Antes de existir alfabeto, existia a voz  
Antes de existir a voz, existia o silêncio... o silêncio...

Foi a primeira coisa que existiu  
O silêncio que ninguém ouviu  
Astro pelo céu em movimento  
E o som do gelo derretendo  
O barulho do cabelo em crescimento e a música do vento

E a matéria em decomposição  
A barriga digerindo o pão  
Explosão de semente sobre o chão  
Diamante nascendo do carvão

Homem, pedra, planta, bicho, flor  
Luz elétrica, TV, computador  
Batedeira, liquidificador  
Vamos ouvir esse silêncio, meu amor  
Amplificado no amplificador  
Do estetoscópio do doutor  
No lado esquerdo do peito, esse tambor.”

## RESUMO

Este trabalho analisa o discurso dos manuais de redação e estilo de três dos jornais de maior circulação do país: Folha de S.Paulo, O Globo e O Estado de S. Paulo, a partir de suas apresentações/introduções. Ao sugerirem forma e normas de como seu corpo de profissionais (e também o público em geral, leitor ou não dos referidos jornais) deve escrever, normatizando a escrita, eles dão indícios de como essa prática se torna (de)limitadora das principais atividades jornalísticas: a produção e a transmissão de informação; além de conduzirem a leitura. Tendo como objetivo contribuir para uma reflexão histórico-ideológica acerca das pretensões e ideologias contidas nos discursos das linhas editoriais dos três manuais selecionados, tomamos como base os fundamentos teórico-metodológicos da Análise do Discurso de filiação francesa, fundada por Michel Pêcheux. Observa-se que tais manuais, uma vez lançados no mercado editorial, constituem-se como produtos mercadológicos e ferramentas de difusão e manutenção da ideologia da classe dominante. Seus discursos apresentam determinadas posições políticas e ideológicas fundadas no capitalismo e produzem sentidos pelo que dizem ou silenciam.

**Palavras-chave:** análise do discurso; formação discursiva jornalística; jornalismo; manuais de redação e estilo; mercado editorial.

## ABSTRACT

This work analyzes the discourse of the writing and style manuals of three of the largest circulation newspapers in the country: Folha de S.Paulo, O Globo and O Estado de S. Paulo, based on their presentations/introductions. By suggesting ways and standards and rules of how their body of professionals (and also the general public, readers of these newspapers or not) should write, standardizing writing, they provide clues as to how this practice becomes (de)limits the main journalistic activities: the production and transmission of information; besides conducting the reading. Aiming to contribute to a historical-ideological reflection on the pretensions and ideologies contained in the discourses of the editorial lines of the three selected manuals, we take as a basis the theoretical-methodological foundations of Discourse Analysis of French affiliation, founded by Michel Pêcheux. It is observed that such manuals, once launched in the publishing market, become marketing products and tools for the dissemination and maintenance of the ruling class ideology. Their speeches present certain political and ideological positions founded on capitalism and produce meanings by what they say or silence.

**Keywords:** discourse analysis; journalistic discursive formation; journalism; press handbooks; editorial market.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>7</b>
<b>2 LÍNGUA, IDEOLOGIA, DISCURSO .....</b>	<b>12</b>
<b>2.1 O Signo Linguístico-ideológico e a Língua numa Perspectiva Discursiva .....</b>	<b>12</b>
<b>2.2 Do Discurso: Fundamentos Teórico-metodológicos .....</b>	<b>18</b>
<b>3 A IMPRENSA BRASILEIRA E OS MANUAIS DE REDAÇÃO .....</b>	<b>36</b>
<b>3.1 A Imprensa no Brasil: um Percurso Histórico .....</b>	<b>37</b>
<b>3.2 A Imprensa dos Manuais .....</b>	<b>41</b>
<b>4 DA FORMAÇÃO DISCURSIVA JORNALÍSTICA ÀS IMPOSIÇÕES DO MERCADO EDITORIAL .....</b>	<b>47</b>
<b>4.1 O Globo.....</b>	<b>47</b>
<b>4.2 Folha de S.Paulo .....</b>	<b>59</b>
<b>4.3 O Estado de S. Paulo .....</b>	<b>63</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>70</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>72</b>



## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho analisa o discurso dos manuais de redação e estilo de três dos jornais de maior circulação do país: Folha de S.Paulo, O Globo e O Estado de S. Paulo, a partir de suas apresentações/introduções e o motivo de suas chegadas ao mercado editorial.

No Brasil, os veículos precursores em elaborar manuais de redação para seu quadro profissional foram os fluminenses Diário Carioca e Tribuna da Imprensa na década de 1950. O primeiro foi o Diário (1951), e seu manual, cujo título era *Regras de redação do Diário Carioca*, era um folheto de 16 páginas. A elaboração ficou a cargo de Roberto Pompeu de Souza, que tomou por base os *style books* da imprensa estadunidense, introduzindo aqui as técnicas daquele país, como o *lead* (ou lide)<sup>1</sup> e a pirâmide invertida<sup>2</sup>.

Dois anos mais tarde, em 1953, foi a vez da Tribuna da Imprensa elaborar seu manual de redação, sob responsabilidade de Carlos Lacerda, também inspirado no estilo de jornais dos Estados Unidos.

De acordo com o texto *200 anos de imprensa no Brasil: os primeiros manuais de redação*, postado no blogue Almanaque da Comunicação, as semelhanças entre os dois manuais não param por aí:

Ambos os manuais são coincidentes quanto às instruções gerais e normas comezinhas básicas: uso de maiúsculas, abreviações, pontuação, títulos e subtítulos, tratamento a autoridades, algarismos, uso de aspas e parênteses... Ainda, a técnica do ‘lead’ que cada um destaca como essencial para assegurar a clareza da notícia e prender a atenção do leitor. Mas o manual da *Tribuna da Imprensa* (até hoje relegado a um segundo plano, praticamente esquecido) tem um algo a mais que o torna senão pioneiro cronológico, certamente inovador. Não se limita às instruções técnicas, mas avança também no campo da ética e da profissão como um todo, a partir das normas que Lacerda denominou de ‘morais’ e ‘intelectuais’ [...] (s/p).

Algumas das instruções apresentadas nesses dois manuais (ainda de acordo com informações do blogue citado) são: “seja jornalista todo o tempo, ou nunca será jornalista”; “o horário legal é 5 horas, mas só se é jornalista 24 horas por dia”; “leia os outros jornais e compare

<sup>1</sup> De acordo com Pena (2012, 42), trata-se do “[...] relato sintético do acontecimento logo no começo do texto, respondendo às perguntas básicas do leitor: o quê, quem, como, onde, quando e por quê. [...] Segundo o professor João de Deus, as perguntas do lide não são seis, mas nove: Quem fez? O quê? A quem? Quando? Por quê? Para quê? Onde? Como? Com que desdobramentos?”.

<sup>2</sup> “Consiste em um relato que prioriza não a sequência cronológica dos fatos, mas escala em ordem decrescente os elementos mais importantes, na verdade, os essenciais, em uma montagem que os hierarquiza de modo a apresentar inicialmente os mais atraentes, terminando por aqueles de menor apelo. [...] Tudo em ordem decrescente, a ponto de o último parágrafo poder ser eliminado, sem prejuízo do entendimento da matéria, por alguma decisão ligada à diagramação da página”. (PENA, 2012, p. 48).

o que fez com o que os outros fizeram”; “escreva com naturalidade a notícia, com boa gramática, sem afetação nem pompa”; “evite usar palavras difíceis. Quando tiver que usá-las, dê, entre parênteses, o significado”.

Regras semelhantes às apresentadas anteriormente já faziam parte da política de jornais anteriores, não como integrantes de manuais sistemáticos, mas em forma de programas de ação. Há registros de programas desse tipo que datam de 1875, do jornal A Província de S. Paulo (hoje, O Estado de S. Paulo), e de 1955, da Folha da Manhã (que deu lugar à Folha de S. Paulo). Conforme Bahia (2009, p. 288),

[...] grandes jornais, em qualquer parte, costumam ter o seu programa de ação. É um documento – nem sempre escrito – que vale como carta de princípios, de aplicação interna e para orientação editorial nas relações com a comunidade. [...] Depois que esse modelo de compromisso ideológico se generalizou no jornalismo do Ocidente, o programa de ação gera mais iniciativas éticas, como códigos de conduta e manuais de redação e estilo. Tais práticas vêm do século XIX e só se generalizam no século XX.

Dentre os três manuais integrantes do *corpus* desta pesquisa, o de O Globo foi o primeiro a surgir, no início da década de 1960, e com circulação exclusivamente interna, assim como a segunda versão, nos anos 1970. Na segunda metade da década de 1980, já visando também o público externo ao jornal, O Globo editou sua terceira versão. Desde então, foram lançadas mais três versões. A versão de 1999 (uma edição revista e ampliada) é a que tomamos como materialidade do nosso objeto de análise. Esta versão foi organizada e editada, assim como outras que a antecederam, pelo editor de Opinião do jornal, Luiz Garcia, e tem como colaboradores Carlos Flexa Ribeiro, Lucia Hippolito, Regina Hippolito, Dora Rocha e jornalistas do veículo, com destaque para estes outros jornalistas: Luís Edgar de Andrade, Marcos de Castro e o então diretor de Redação de O Globo, Evandro Carlos de Andrade, que também atuou como supervisor.

Em 1984, a Folha de S. Paulo publicou a primeira versão de seu manual. Depois, vieram as edições de 1987, 1992, 1997, 2001 e 2018. A que integra o nosso *corpus* é a de 2001, que contou com vários colaboradores e consultores, mas cuja coordenação do projeto foi da Publifolha (setor de publicações do Grupo Folha), que tinha Luciana Maia como gerente editorial à época do lançamento da referida edição. A produção editorial, no entanto, ficou sob responsabilidade de uma comissão formada por Alcino Leite Neto, Ana Estela de Sousa Pinto, Armando Antenore, Carlos Eduardo Lins da Silva (coordenador), Edney Cielici Dias, Lucia Reggiani, Luiz Caversan e Rogério Ortega.

O último a se lançar nesse mercado foi O Estado de S. Paulo, que publicou sua primeira edição em 1990, de autoria do jornalista da casa Eduardo Martins. Em 1997, chegou à sua terceira edição, a qual em 2002 foi reimpressa pela sexta vez. O Estado de S. Paulo, aliás, comenta esse “sucesso” editorial no mercado brasileiro:

*O Manual de Redação e Estilo de O Estado de S. Paulo virou notícia faz muito tempo, desde 1990, quando foi lançada sua primeira edição. Afinal, em um país que ostenta carências profundas no acesso das pessoas à cultura e informação e a tiragem média dos livros não se distancia da faixa dos 3 mil exemplares, um Manual com estas características já ultrapassa a barreira das 500 mil unidades distribuídas. Trata-se sem dúvida de uma boa notícia, por servir de termômetro do interesse em escrever melhor, num português objetivo e correto, mas sem pedantismos. (MARANHÃO, 1997, p. 5, grifo do autor).*

Para chegarmos a esses três manuais, levamos em consideração o fato de eles pertencerem a três dos quatro jornais diários de maior circulação do país dentre os 5.354 veículos de imprensa (impressos e digitais) registrados em 2017 e que estão localizados em 1.125 cidades, nas quais vivem aproximadamente 130 milhões de pessoas (sendo que o primeiro em número de exemplares, Super Notícia, de Minas Gerais, não possui manual de redação), o que representou a circulação média de 5,7 milhões de exemplares diários em dezembro do mesmo ano, segundo a Associação Nacional de Jornais (ANJ) e o Instituto Verificador de Circulação (IVC).

Dados de pesquisas da ANJ indicam que cada exemplar de um jornal é lido, em média, por três pessoas. Sendo, então, esses jornais três dos considerados de maior circulação no país, isso aponta para o fato de que são, portanto, os mais lidos – a penetração da qual são capazes na população é igualmente proporcional a esse alto índice. Como consequência de seus alcances, a influência sobre o público e o poder que desempenham como formadores de opinião fazem-nos questionar, por exemplo, quais seus objetivos e o porquê da padronização pretendida. De acordo com Erbolato (2008, p. 124, grifo do autor),

*Cada jornal tem as suas próprias normas, que devem ser rigorosamente seguidas e que vão desde a maneira de redigir até as expressões vetadas e as matérias preferenciais. Essas regras são consubstanciadas no *Manual de Estilo* ou *Manual de Redação*, mimeografado ou impresso e entregue a cada um dos jornalistas. A finalidade é a de que os jornais se apresentem como um todo, sem disparidades ou contradições.*

*Flávio Galvão, veterano redator de O Estado de S. Paulo, frisa que o “objetivo dos manuais ou livros de estilo dos jornais é a fixação de um padrão mínimo e uniforme de qualidade do texto”. Pela observância geral das regras – acentua ainda – sistematiza-se e padroniza-se a preparação do noticiário geral e diário, imprimindo-se “estilo” próprio e unificado.*

Tal conjunto de normas pode ser visto como “engessamento” da atividade jornalística ou ainda como cerceamento de criatividade e até de liberdade de expressão. Os manuais de redação são uma espécie de instrumentalização da língua e da linguagem em geral. Esse tipo de instrumentalização faz parte das práticas da mídia, como afirma Silva (2001a, p. 151):

[...] nos manuais essa instrumentalização mostra-se através de uma normatização que, para além da gramática (norma da língua), coloca-se no sentido de uma imagem do texto jornalístico, ou da linguagem jornalística. [...] No que diz respeito então às normas de texto nos manuais, percebe-se que funcionam como uma ‘edição’ sobre a totalidade das formas da língua; trata-se de recomendações sobre estruturas sintáticas [...] ou de restrições semânticas mesmo. Essa edição – ou seja, a exclusão, para o texto jornalístico, de algumas das formas lingüísticas gramaticalmente aceitas (a exclusão da sua possibilidade...) – é autorizada na prática da imprensa através de duas evidências básicas em relação ao funcionamento da língua: a evidência do que seja clareza e a evidência do que seja língua formal/informal ou coloquial.

O próprio meio jornalístico tem esses três periódicos como referência e se utiliza de seus manuais de redação e estilo para consultas diárias de, por exemplo, como escrever, quais palavras usar, como comportar-se, entre outros passos a serem seguidos.

A hegemonia (e sua manutenção) de poucos (e poderosos) sobre muitos contraria a própria livre concorrência de mercado, pregada pela sociedade capitalista, na qual estamos inseridos e da qual esses jornais são seguidores. Ao mesmo tempo, essa hegemonia corrobora um dos princípios básicos do capitalismo, a opressão necessária à exploração por poucos sobre a maioria.

Neste momento, perguntamo-nos para, em seguida, procurarmos entender: o que trazem os manuais em suas apresentações?; o que dizem e o que deixam de dizer suas linhas editoriais?; a que se pretendem?; por quê?

O que pretendemos com este trabalho é, pois, explicitar a relação da linguagem jornalística com as condições histórico-sociais, analisando as linhas editoriais dos três manuais de redação e estilo selecionados, por meio de suas apresentações, buscando entender qual o real objetivo das empresas jornalísticas ao lançarem os manuais no mercado editorial.

Quanto à estruturação do texto, ele se organiza em quatro seções, iniciando com a introdução. A segunda seção discorre sobre as relações entre língua, discurso e ideologia e desenvolve considerações sobre os conceitos teóricos da Análise do Discurso de filiação francesa (AD), fundada na década de 1960 pelo filósofo Michel Pêcheux.

Na terceira seção, apresenta-se um percurso histórico acerca do aparecimento da imprensa no Brasil e as condições de surgimento dos três jornais e de seus manuais, de onde extraímos nosso *corpus* de análise. Isso se faz necessário para entendermos o funcionamento jornalístico (técnica de construção e difusão de notícias através do uso da língua), que tem peculiaridades as quais apontam para a eleição de determinados termos e expressões em detrimento de outros. Na quarta e última seção, apresentamos uma análise da relação entre a constituição dos manuais de imprensa e o mercado numa perspectiva discursiva.

## 2 LÍNGUA, IDEOLOGIA, DISCURSO

A partir de agora, trilharemos o caminho da fundamentação teórica da Análise do Discurso de filiação francesa, iniciando com a perspectiva do signo linguístico como sendo ideológico, com a qual ela se identifica, e apontando o que vem a ser a língua em sua compreensão. Em seguida, apresentaremos o arcabouço teórico que fez surgir essa disciplina de entremeio – tendo o discurso como mediador do ser social com a sua realidade – e as categorias que integram seu dispositivo teórico, como formações ideológicas, formações discursivas, memória discursiva, interdiscurso, intradiscurso, implícito e silenciamento.

### 2.1 O Signo Linguístico-ideológico e a Língua numa Perspectiva Discursiva

O signo linguístico é tido como essencialmente ideológico e sua arbitrariedade se desfaz a partir da força da história. É quando a expressividade da palavra – e os sentidos por ela produzidos – define-se em função das condições sociais. O signo, nessa perspectiva, é visto como dialético e dinâmico; está vivo.

Essa abordagem tem como defensor pioneiro o filósofo e linguista russo Mikhail Bakhtin (e Valentin Nikolaievich Volochínov). Para eles, um signo reflete e refrata uma realidade outra; não existe apenas como pertencente a uma única realidade. E já que refrata, é capaz de desviar, de distorcer essa realidade. Mas, por fidelidade, também é capaz de mantê-la, ou, a partir de um determinado ponto de vista, apreendê-la. As possibilidades de um signo quanto a uma realidade vão mais além em virtude do poder da avaliação ideológica, de seus critérios. Como dizem Bakhtin/Volochínov (2002, p. 32, grifo dos autores):

[...] todo signo está sujeito aos critérios de avaliação ideológica (isto é: se é verdadeiro, falso, correto, justificado, bom, etc.). O domínio do ideológico coincide com o domínio dos signos: são mutuamente correspondentes. Ali onde o signo se encontra, encontra-se também o ideológico. *Tudo que é ideológico possui um valor semiótico.*

A ideologia, segundo Bakhtin/Volochínov, é de natureza social, além de também refletir e refratar uma outra realidade, que lhe é exterior. De acordo com ambos (2002, p. 31, grifo dos autores)<sup>3</sup>, “[...] tudo que é ideológico possui um *significado* e remete a algo

---

<sup>3</sup> Discutiremos sobre ideologia mais à frente nesta seção.

situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um *signo*. *Sem signos não existe ideologia*”.

É na obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, publicada pela primeira vez em Leningrado (Rússia), em 1929, que Bakhtin/Volochínov apresentam o desenvolvimento de seus estudos sobre a filosofia da linguagem, concebida como filosofia do signo ideológico. Bakhtin também teve importante participação no desenvolvimento de outras reflexões e pressupostos teóricos da linguística, como na crítica às duas grandes concepções de língua e de linguagem seguidas à época. A primeira dessas teorias da língua foi chamada de “subjetivismo idealista”, onde a língua é percebida como uma atividade mental e a linguagem, como expressão do pensamento. Sobre isso, Bakhtin/Volochínov (2002, p. 72) consideram que:

[...] a primeira tendência interessa-se pelo ato da fala, de criação individual, como fundamento da língua (no sentido de toda atividade de linguagem sem exceção). O psiquismo individual constitui a fonte da língua. As leis da criação linguística – sendo a língua uma evolução ininterrupta, uma criação contínua – são as leis da psicologia individual.

A segunda teoria da língua criticada pelos autores é chamada de “objetivismo abstrato”, na qual a língua é tida como um sistema de regras sujeitas à descrição. Dessa vez, Bakhtin/Volochínov dirigem sua crítica a Ferdinand de Saussure e ao estruturalismo, e reforçam o desinteresse do suíço pelo ato de fala, sendo ela um fundamento da língua e de criação individual. De acordo com Bakhtin/Volochínov (2002, p. 82-83), a língua, na perspectiva saussuriana, é considerada como sistema estável, produto acabado:

[...] a língua é um sistema estável, imutável, de formas linguísticas submetidas a uma norma fornecida tal e qual à consciência individual [...]. As ligações linguísticas específicas nada têm a ver com valores ideológicos [...]. Não se encontra, na base dos fatos linguísticos, nenhum motor ideológico. Entre a palavra e seu sentido não existe vínculo natural e compreensível para a consciência [...]. Os atos de fala individuais constituem [...] refrações ou variações fortuitas ou mesmo deformações das formas normativas.

Bakhtin/Volochínov, ao contrário, consideram a língua como um fato social surgido das necessidades de comunicação. A língua, para eles, deve ser considerada como uma “atividade social”, tendo a enunciação e o processo verbal como os fatores mais importantes. A interação verbal constitui, então, a realidade fundamental da língua, a qual só existe pela possibilidade de interação social, dialogal. “A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas nem pela enunciação monológica isolada [...], mas pelo

fenômeno social da *interação verbal*, realizada através da *enunciação* ou das *enunciações*”, defendem Bakhtin/Volochínov (2002, p. 123, grifo dos autores), que enfatizam, ainda, a importância da fala como atividade de falantes, uma vez que, ainda de acordo com os autores citados (2002, p. 127, grifo dos autores):

[...] a língua constitui um *processo de evolução ininterrupto*, que se realiza através da *interação verbal social dos locutores*. As leis da evolução lingüística não são de maneira alguma as leis da psicologia individual, mas também não podem ser divorciadas da atividade dos falantes. As leis da evolução lingüística são essencialmente *leis sociológicas*. [...] *A estrutura da enunciação é uma estrutura puramente social*. A enunciação como tal só se efetiva entre falantes.

Desse modo, o reconhecimento de que a linguagem é constituída tanto pelo seu caráter formal quanto pelo “não formal”, ou seja, atravessado pela subjetividade e pelo social, contribuiu para um redirecionamento dos estudos linguísticos, que, até então, tinham na oposição língua/fala seu principal pilar. Esse deslocamento se deu, principalmente, a partir da busca pela compreensão do fenômeno linguístico não mais exclusivamente focado na “língua saussuriana”, mas exatamente diferente dessa forma de pensar a língua.

Essa instância da linguagem considerada foi a do discurso, pois ela permite, como afirma Brandão (1998, p. 12),

[...] operar a ligação necessária entre o nível propriamente lingüístico e o extralingüístico a partir do momento em que se sentiu que “o liame que liga as ‘significações’ de um texto às condições sócio-históricas deste texto não é de forma alguma secundária, mas constitutivo das próprias significações” (HAROCHE, CL. et alii, 1971, p. 98). O ponto de articulação dos processos ideológicos e dos fenômenos lingüísticos é, portanto, o discurso.

Utilizando como plano de fundo esse panorama teórico do discurso como “[...] o ponto de articulação dos processos ideológicos e dos fenômenos lingüísticos” (BRANDÃO, 1998, p. 12) é que se possibilita pensar a língua como atividade de sujeitos que interagem em situações determinadas; a língua pensada e trabalhada como atividade substancialmente humana, histórica e concreta, conforme apontado por Cavalcante (2007, p. 34):

Uma concepção que a entende não como uma entidade pronta e determinada, mas como constitutiva, opaca, incompleta, de autonomia relativa que no interior das relações sociais e no processo da história, atua para transformar as atividades humanas. É constitutiva porque o seu funcionamento não diz respeito a ela própria, é produzida socialmente, nas relações com os sujeitos e com a história; é opaca porque não tem sentido único; incompleta porque é



atravessada pelo silêncio e pela falta. Nunca se consegue dizer tudo, domesticar o dizer. Finalmente assumimos que ela é de autonomia relativa, porque tem uma ordem que lhe é própria e, sendo de natureza social, está sempre aberta a novos sentidos.

Nessa concepção, a língua é entendida como entidade inacabada, ambígua, imprecisa, incompleta e afetada pelo real, reconhecendo que o equívoco é um fato estrutural constitutivo. Dito de outra maneira, a língua dispõe de elementos que “[...] assumem funções sintáticas e configurações semânticas não de todo definidas e definitivas, o que implica poder observar-se a sua incompletude natural” (CAVALCANTE, 2007, p. 35).

Esse quadro teórico da língua é o que trilha a base da Análise do Discurso de filiação francesa (AD), fundada entre 1968 e 1969 por Michel Pêcheux na França. Essa área do conhecimento ganhou vida quando Pêcheux se opôs ao estruturalismo saussuriano e ao gerativismo defendido por Noam Chomsky. Durante seu desenvolvimento, Pêcheux rompeu também com o psicologismo, ideologia dominante nas Ciências Humanas à época.

A proposta de Pêcheux, na elaboração da AD, foi a de trabalhar problematizando as contradições presentes na Linguística. Mais ainda: de trabalhar no entremeio entre a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise. Confirmando isso, temos um trecho da “Nota ao leitor” escrita por Eni Orlandi, quando da tradução de *O discurso: estrutura ou acontecimento* (PÊCHEUX, 2002, p. 7):

[...] o que se pode depreender do percurso de Michel Pêcheux na elaboração da Análise de Discurso é que ele propôs uma forma de reflexão sobre a linguagem que aceita o desconforto de não se ajeitar nas evidências e no lugar já-feito. Ele exerceu com sofisticação e esmero a arte de refletir nos entremeios. Assim, os princípios teóricos que ele estabelece se alojam não em regiões já categorizadas do conhecimento mas em interstícios disciplinares, nos vãos que as disciplinas deixam ver em sua articulação contraditória [...].

Proposto por Michel Pêcheux e Catherine Fuchs em 1975<sup>4</sup>, o quadro epistemológico geral da AD sugere a articulação de três regiões do conhecimento científico: a linguística (como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação); a teoria do discurso (como teoria da determinação histórica dos processos semânticos); e o materialismo histórico (como teoria das formações sociais e suas transformações, aí incluída a teoria das ideologias). Atravessando e articulando essas três regiões, entra a psicanálise (como teoria da subjetividade).

---

<sup>4</sup> Cf. Pêcheux; Fuchs (1997, p. 163).

Num primeiro momento, a AD tem como influências a ideologia proposta por Louis Althusser e o discurso na visão de Michel Foucault, quando vai se constituir uma teoria crítica da linguagem.

Althusser não demonstrou interesse em tratar da linguagem, mas, ainda assim, estabeleceu uma relação entre essa e a ideologia quando formulou um paralelo entre a evidência da “transparência” da linguagem – aí tem a ver com seu exemplo citado de que uma palavra designa alguma coisa ou mesmo possui um significado – e o “efeito ideológico elementar”<sup>5</sup>, que diz respeito à evidência de que “eu” e “vocês” somos sujeitos<sup>6</sup>. Para esclarecer sua defesa, diz Althusser (1991, p. 94, grifo do autor):

Este é aliás o efeito característico da ideologia – impor (sem parecer fazê-lo, uma vez que se tratam de “evidências”) as evidências como evidências, que não podemos deixar de *reconhecer* e diante das quais, inevitável e naturalmente, exclamamos (em voz alta, ou no “silêncio da consciência”): “é evidente! é exatamente isso! é verdade!”.

Todavia, embora Althusser tenha estabelecido esse paralelo, ele não definiu uma ligação entre a linguagem e a ideologia. E foi exatamente no intuito de expressar esse elo que Pêcheux acrescentou o que chamou de discurso, “[...] tentando desenvolver uma teoria do discurso e um dispositivo operacional de análise do discurso” (HENRY, 1997, p. 34). O discurso, na proposição de Pêcheux, segue o entendimento apresentado por Paul Henry; “[...] não é o de Foucault”<sup>7</sup>.

Retomando a questão da linguagem sob a perspectiva da AD, tem-se que ela pode ser estudada e entendida considerando-se a interação entre língua, história e ideologia. Linguagem pensada como muitas maneiras de (se) significar, de fazer sentido (sentido, aqui, não como algo em si, mas com “relação a”). E essa linguagem só faz sentido porque é passível de se inscrever na história. Esta última também com outro sentido, que não o cronológico; mas história como processo de construção e reconstrução do ser social; através do trabalho e da língua na história;

---

<sup>5</sup> Referindo-se ao “efeito ideológico elementar”, Althusser acrescentou uma nota de rodapé em *Aparelhos Ideológicos de Estado* (1991, p. 94) dizendo o seguinte: “Os lingüistas e todos aqueles que recorrem à lingüística com diferentes fins, tropeçam freqüentemente em dificuldades que decorrem do desconhecimento do jogo dos efeitos ideológicos em todos os discursos – inclusive os discursos científicos”.

<sup>6</sup> Toda a explanação de Althusser sobre esse paralelo entre linguagem e ideologia que ora apresentamos está relacionada a uma de suas formulações sobre ideologia: a de que essa só existe pelo sujeito e para o sujeito; pela categoria de sujeito e de seu funcionamento. De acordo com Henry (1997, p. 30), Althusser afirma que Pêcheux, tomando como referência a ideologia, introduz o sujeito enquanto efeito ideológico elementar em seus estudos, que, mais tarde, resultariam na Análise do Discurso.

<sup>7</sup> Para Foucault, o discurso tem como unidade elementar o enunciado: “Os discursos são enunciados” (HENRY, 1997, p. 33); é um conjunto de enunciados que convergem para uma mesma formação discursiva. Mais à frente, ainda nesta seção, esse aspecto será retomando, quando trataremos da formação discursiva.

em sua relação com a linguagem, que resulta na produção de sentidos. Na AD, a história deixa de ser apenas “evolução” (FERREIRA, 2000).

A Análise do Discurso considera que a linguagem não é transparente. Por isso, ela não intenciona atravessar o texto a fim de encontrar um sentido do outro lado, como o faz o “[...] que chamamos *análise de conteúdo* e, às vezes também, *análise de texto*” (PÊCHEUX, 1997, p. 63, grifos do autor), que se perguntam: o que quer dizer este texto?; ou: que significação contém este texto? “São essas as diferentes formas da *mesma questão* [...]” (PÊCHEUX, 1997, p. 63, grifos do autor). Para a AD, a questão é: como este texto significa?

De acordo com Orlandi (2002, p. 18):

A questão a ser respondida não é “o quê” mas o “como”. Para responder, ela não trabalha com os textos apenas como ilustração ou como documento de algo que já está sabido em outro lugar e que o texto exemplifica. Ela produz um conhecimento a partir do próprio texto, porque o vê como tendo uma materialidade simbólica própria e significativa, como tendo uma espessura semântica: ela o concebe em sua discursividade.

Nessa perspectiva, é do discurso que a AD trata. Nem da língua nem da gramática, é exatamente do discurso (apesar de que todas essas coisas lhe interessam, certamente), pois ele é o lugar onde trabalham a língua e a ideologia; onde se tem a palavra em movimento; onde há prática da linguagem. E a língua, por sua vez, é o lugar da possibilidade do discurso, é base de todos os processos discursivos; lugar onde se realizam os efeitos de sentido. É pela língua que o discurso se materializa, concretiza-se, e o que possibilita o novo de cada acontecimento discursivo é sua natureza de incompletude, opacidade, sua sujeição à falha e ao equívoco.

Ao estudar o discurso, identifica-se o ser social “falando”, expressando-se. Observa-se também a língua produzindo sentido sob o viés do trabalho simbólico, o qual se encontra na base da produção da humanidade. O discurso, como mediação entre o ser social e sua realidade, possibilita tanto a manutenção quanto a transformação/modificação de ambos.

O analista do discurso tem que, com o dispositivo analítico, relacionar a linguagem com sua exterioridade; o dito e o não dito. Para tanto, a AD leva “[...] em conta o homem na sua história, considera os processos e as condições de produção da linguagem, pela análise da relação estabelecida pela língua com os sujeitos que a falam e as situações em que se produz o dizer” (ORLANDI, 2002, p. 16).

A AD coloca questões para a Linguística quando a interpela através da historicidade<sup>8</sup> que ela apaga, assim como questiona a transparência da linguagem que as ciências sociais adotam. A AD tem por objetivo, pois, transformar a prática das ciências sociais e a dos estudos da linguagem. Entendemos, então, que a ideologia se materializa pelo discurso e esse tem como sua materialidade específica a língua. Logo, é na relação língua-discurso-ideologia que a AD trabalha.

## 2.2 Do Discurso: Fundamentos Teórico-metodológicos

Como dissemos anteriormente, o dispositivo analítico do qual o analista do discurso lança mão tem como foco principal (para “ver” além das evidências, “enxergar” os efeitos de sentido/s produzidos por um discurso) a relação entre a linguagem e sua exterioridade; o dito e o silenciado. Assim, faz-se necessário considerar o ser social e as condições de produção de seu discurso.

O termo produção deve ser aqui entendido como “produção de um efeito”. Essa observação é feita em nota por Pêcheux e Fuchs (1997, p. 237, grifo dos autores), que afirmam:

Precisemos que o termo *produção* pode, aqui, acarretar certas ambigüidades. Para evitá-las, distinguiremos o sentido econômico do termo, de seu sentido epistemológico (produção de conhecimentos), de seu uso psicolinguístico (produção da mensagem), e, enfim, da significação que recebe na expressão: “produção de um efeito”. Antes de tudo, é nesse último sentido que se deve entender este termo.

Entendemos que as condições de produção são responsáveis por estabelecer as relações de força no interior do discurso, mantendo uma relação intrínseca com a linguagem, pois, com ela, constitui o sentido do texto. As condições de produção são do âmbito da exterioridade linguística. Elas compreendem essencialmente os sujeitos, a situação e a memória que constituem o discurso; apontam para as formações sociais e as relações de classes, e afirmam a existência de discursos anteriores ao analisado.

As condições de produção podem ser agrupadas em condições de produção em sentido estrito e em sentido amplo. O primeiro sentido é o contexto imediato, quando temos as circunstâncias de enunciação, considerando o que é dito, por quem, quando, como, onde. É a

---

<sup>8</sup> De acordo com Ferreira (2001, p. 17, grifos da autora), historicidade é o “[...] modo como a **história** se inscreve no discurso, sendo a historicidade entendida como a relação constitutiva entre **linguagem** e história. Para o analista do discurso, não interessa o rastreamento de dados históricos em um texto, mas a compreensão de como os **sentidos** são produzidos. A esse trabalho dos sentidos no texto e à inscrição da história na linguagem é que se dá o nome de historicidade”.

noção chamada por Courtine de “definição empírica”. Sobre isso, Courtine (2009, p. 49, grifos do autor) escreve:

Os estados sucessivos da noção de CP do discurso se dividem em dois conjuntos: um conjunto de definições que nomeamos *definições empíricas*, no qual as CP do discurso tendem a se confundir com a definição empírica de uma situação de enunciação – essas definições se situam na continuidade das origens da noção –; e um conjunto oposto de *definições teóricas*, que aparece desde 1971 em AD com o termo de *formação discursiva* (HAROCHE, HENRY, PÊCHEUX, 1971, p. 102), proveniente do trabalho de Foucault (1969).

Essa segunda noção apresentada por Courtine como “definição teórica” (em oposição à primeira) é a noção que concerne ao sentido amplo de condições de produção e que abrange o contexto sócio-histórico-ideológico no qual o discurso está inserido. Entendemos essa noção teórica como inerente à AD, principalmente quando comparada às condições de produção estritas, as quais, entretanto, não podem ser desconsideradas pelo analista.

Além dessas duas noções, temos também a existência do trabalho da memória nas condições de produção de um discurso. Aqui, ela é entendida não na concepção psicologista da memória individual, nem do inconsciente coletivo, mas pela noção de memória social inserida nas práticas discursivas. De acordo com Courtine (2009, p. 105, grifo do autor),

A noção de memória discursiva diz respeito à *existência histórica do enunciado* no interior de práticas discursivas regradas por aparelhos ideológicos; ela visa o que Foucault (1971, p. 24) levanta a propósito dos textos religiosos, jurídicos, literários, científicos, “discursos que originam um certo número de novos atos, de palavras que os retomam, os transformam ou falam deles, enfim, os discursos que indefinidamente, para além de sua reformulação, são ditos, permanecem ditos e estão ainda a dizer”.

Na perspectiva da Análise do Discurso, a memória está relacionada ao interdiscurso, o qual indica que “[...] ‘algo fala’ (*ça parle*) sempre ‘antes, em outro lugar, independentemente’ [...]” (PÊCHEUX, 2014, p. 149, grifo do autor). Na compreensão do interdiscurso, Pêcheux aponta que sempre já há discurso, que o dizível está “já-aí”, além de ser exterior ao sujeito. O dizer não é, portanto, propriedade particular. As palavras não pertencem apenas a nós. O que é dito em outro lugar também significa nas “nossas” palavras. Todos os sentidos já ditos por alguém, independente do lugar e do momento, ainda que distantes, têm um efeito sobre um determinado discurso.

Notamos, aqui, uma articulação com o princípio do dialogismo, que, para Bakhtin/Volochínov (2002), está relacionado à constituição da linguagem e do discurso. Sobre dialogismo, os autores afirmam: “[...] o discurso escrito é de certa maneira parte integrante de uma discussão ideológica em grande escala: ele responde a alguma coisa, refuta, confirma, antecipa as respostas e objeções potenciais, procura apoio, etc.” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2002, p. 123).

Semelhante ao dialogismo, mas que não pode ser confundida como igual, temos a polifonia, que supõe a existência de várias vozes presentes num mesmo discurso, como apontado por Florencio (2005, p. 243):

A polifonia pode ser vista em certos tipos de textos que deixam entrever outras vozes, opondo-se a textos monofônicos. Ou seja, os textos podem ser monofônicos, onde as vozes se ocultam, dando a impressão de existir apenas uma única voz, ou polifônicos onde as vozes se mostram. Entretanto, serão sempre dialógicos, como resultado de vozes que se cruzam e, assim, os constituem. O efeito de polifonia acionado em alguns discursos deixa escutar as diferentes vozes, sem mascará-las.

Portanto, o que um sujeito sabe quando responde sobre o que ele quis dizer, quando disse algo, não basta para que o analista entenda quais efeitos de sentidos se fazem presentes. “O fato de que há um já-dito, que sustenta a possibilidade mesma de todo dizer, é fundamental para se compreender o funcionamento do discurso, a sua relação com os sujeitos e com a ideologia” (ORLANDI, 2002, p. 32). O interdiscurso delimita o conjunto do dizível definido linguística e historicamente.

Esse “sempre-já-dito” em outro momento, em outro lugar (“sempre-já-aí”), apontado acima, é o que Pêcheux (2014) denomina de pré-construído, que “fornece-impõe a ‘realidade’ e seu ‘sentido’ sob a forma da universalidade (o ‘mundo das coisas’) [...]” (PÊCHEUX, 2014, p. 151); “[...] remete simultaneamente ‘àquilo que todo mundo sabe’, isto é, aos conteúdos de pensamento do ‘sujeito universal’ suporte da identificação e àquilo que todo mundo, em uma ‘situação’ dada, pode ser e entender, sob a forma de evidências do ‘contexto situacional’” (PÊCHEUX, 2014, p. 158).

Ainda de acordo com Pêcheux (2014, p. 93, grifos do autor), o pré-construído tem como característica

[...] a separação fundamental entre o *pensamento* e o *objeto de pensamento*, com a pré-existência desse último, marcada pelo que chamamos uma discrepância entre dois domínios de pensamento, de tal modo que o sujeito

encontra um desses domínios como o impensado de seu pensamento, impensado este que, necessariamente, pré-existe ao sujeito.

A realização do dizer do sujeito acontece quando esse mesmo sujeito se inscreve no já dito. Ainda que incorpore elementos pré-construídos, o sujeito “se marca” no discurso, pois constrói seu discurso a partir de elementos discursivos anteriores. “Aí se dá o processo de identificação do sujeito que, inscrevendo-se no já dito, re-significa e se significa, ou seja, sujeito e sentido se configuram simultaneamente” (CAVALCANTE, 2007, p. 49).

Quanto à natureza da memória discursiva, acrescentamos que ela possibilita que os dizeres se atualizem no momento da enunciação, “[...] como efeito de um esquecimento correspondente a um processo de deslocamento da memória como virtualidade de significações” (FERREIRA, 2001, p. 19). Existe uma memória que não se separa da linguagem, é inerente a ela, e o que faz irromper o que caracteriza um determinado processo histórico em uma memória coletiva são os processos discursivos, ou seja, “o sistema de relações de substituição, paráfrases, sinónimas etc., que funcionam entre elementos lingüísticos – ‘significantes’ – em uma formação discursiva dada” (PÊCHEUX, 2014, p. 148).

No âmbito da memória, fala uma voz anônima, produzida no interdiscurso; uma voz que se manifesta de diversas maneiras em discursos distintos, e que o sujeito toma para si como se fossem suas as palavras dessa voz que fala. Mas importa ressaltar que tal sujeito não tem lugar nenhum para si mesmo no interdiscurso.

A apresentação do interdiscurso se dá por redes de formulações provenientes de diferentes enunciações dispersas que, em seu conjunto, resultam no domínio da memória. Por suas vezes, as redes de formulações produzem os sentidos, historicizam-nos através da relação entre o dito com já ditos em outros lugares. Essa é a relação existente entre o interdiscurso e o intradiscurso, isto é, entre a constituição do sentido e sua formulação (o dito).

Courtine (2009) diz que a diferença existente nessa relação é representada por um eixo vertical (nível da constituição, do interdiscurso), no qual temos o dizível, o conjunto de todos os dizeres já ditos e sedimentados em enunciados vários – mas também esquecidos –, e um eixo horizontal (nível da formulação, do intradiscurso), o da materialidade lingüística, o que está sendo dito naquele momento, em dadas condições. Nas palavras de Courtine (2009, p. 101, grifo do autor):

O intradiscurso de uma sequência discursiva aparece assim como o lugar onde se realiza a *sequencialização dos elementos do saber*, onde o desnivelamento

interdiscursivo dos [E]<sup>9</sup> está linearizada, colocado em uma superfície única de [e]<sup>10</sup> articuladas. Essa “horizontalização” da dimensão vertical de constituição do [E] é contemporânea da apropriação por um sujeito enunciador, ocupando um lugar determinado no seio de uma FD<sup>11</sup>, dos elementos do saber da FD na enunciação do intradiscorso de uma sequência discursiva, isso em uma situação de enunciação dada.

A formulação é, pois, determinada pela relação que se estabelece com a constituição, com o interdiscorso, pelo seu atravessamento. Nas palavras de Orlandi (2002, p. 33):

[...] só podemos dizer (formular) se nos colocamos na perspectiva do dizível (interdiscorso, memória). Todo dizer se encontra na confluência dos dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação). E é desse jogo que tiram seus sentidos. Paralelamente, é também o interdiscorso, a historicidade, que determina aquilo que, da situação, das condições de produção, é relevante para a discursividade. Pelo funcionamento do interdiscorso, suprime-se, por assim dizer, a exterioridade como tal para inscrevê-la no interior da textualidade [...].

O interdiscorso é, portanto, da ordem do saber discursivo, memória afetada ao longo do dizer pelo esquecimento, que lhe é estruturante, uma vez que, como dissemos, os dizeres já ditos são também esquecidos.

É trabalhando a questão do sujeito do discurso, como sendo uma ilusão subjetiva, que Pêcheux apresenta em nota a noção de esquecimento para a AD: “O termo ‘esquecimento’ não está designando aqui a perda de alguma coisa que se tenha um dia sabido, como quando se fala de ‘perda de memória’, mas o acobertamento da causa do sujeito no próprio interior de seu efeito” (PÊCHEUX, 2014, p. 150).

Para o referido autor, há duas formas de esquecimento profundamente distintas e ao mesmo tempo articuladas: o esquecimento nº 1, através do qual o sujeito tem a ilusão de ser a fonte de seu dizer e não percebe que retoma discursos outros pela circulação de discursos transversos e pré-construídos, aos quais não tem acesso; e o esquecimento nº 2, por meio do qual o sujeito-falante “seleciona” formas e sequências que se encontram no seio da formação discursiva que o domina, dando-lhe a impressão de que possui “liberdade” para controlar o seu discurso.

O esquecimento nº 2 se insere na região dos processos de enunciação e está caracterizado por um funcionamento pré-consciente/consciente. Sob a “atuação” desse

<sup>9</sup> Courtine (2009, p. 100) se refere a enunciados quando se utiliza desse símbolo.

<sup>10</sup> Nesse caso, a representação é de formulação(ões) (Cf. COURTINE, 2009, p. 101).

<sup>11</sup> FD é a abreviação de Formação Discursiva, categoria da AD a ser conceituada logo mais à frente.



esquecimento, o sujeito tem a impressão da realidade de seu pensamento (“eu sei o que eu digo”, “eu sei do que eu falo”) (PÊCHEUX; FUCHS, 1997). Ele produz no sujeito a impressão de que há uma relação direta entre o pensamento, a linguagem e o mundo, provocando a ilusão de que o que o sujeito diz só pode ser dito daquela maneira, com aquelas palavras, e não de outra. Ao longo do dizer, vão sendo formadas famílias parafrásticas<sup>12</sup>, que apontam que o dizer sempre poderia ser outro. Mas, como esse esquecimento é tido como parcial (por ser pré-consciente/consciente), o sujeito sempre recorre a essas famílias parafrásticas a fim de reformular, de melhor “elaborar” o que diz, num movimento de retorno sobre o esquecimento.

Contrariamente, o esquecimento nº 1 é de natureza inconsciente e o sujeito não tem acesso a essa região. Esse tipo de esquecimento é resultado da maneira pela qual o sujeito é afetado pela ideologia, por isso é também chamado esquecimento ideológico, ao passo que o nº 2 está relacionado ao campo enunciativo (GRANTHAM, 2005).

Orlandi (2002, p. 35) nos apresenta a seguinte explicação sobre o esquecimento nº 1:

Esse esquecimento reflete o sonho adâmico: o de estar na inicial absoluta da linguagem, ser o primeiro homem, dizendo as primeiras palavras que significariam apenas e exatamente o que queremos. Na realidade, embora se realizem em nós, os sentidos apenas se representam como originando-se em nós: eles são determinados pela maneira como nos inscrevemos na língua e na história e é por isto que significam e não pela nossa vontade.

Ao mencionarmos que, sob a ação do esquecimento nº 2, o sujeito recorre a famílias parafrásticas para reformular o seu dizer, importa acrescentar que a paráfrase não está “sozinha”; há sempre um trabalho de correlação entre processos parafrásticos e polissêmicos. A atuação de ambos os processos provoca uma constante tensão na produção do dizer.

A paráfrase está ligada à memória, ao dizível. Quando afirmamos que em todo dizer há sempre algo já dito e que se mantém, estamos falando de processo parafrástico. Ligada à estabilização, à sedimentação, a paráfrase simboliza o retorno aos mesmos espaços do dizer. A polissemia (que se refere à variedade de sentidos), ao contrário, representa ruptura, deslocamento, diferença nos processos de significação. Seu trabalho está atrelado ao equívoco. A movimentação/constituição/significação dos sujeitos e dos sentidos se dá, pois, a partir do “jogo” entre paráfrase e polissemia, entre o mesmo e o diferente. A paráfrase sugere o sentido e a polissemia provoca a multiplicidade desse sentido.

---

<sup>12</sup> Pêcheux e Fuchs (1997, p. 238) apresentam o seguinte exemplo do que seria família parafrástica para a AD: “Distribuição mais/melhor equitativa/justa dos/das bens/lucros/riquezas”.

A matriz mesma do efeito de sentido é a paráfrase, “[...] pois não há sentido sem repetição, sem sustentação no saber discursivo” (ORLANDI, 2002, p. 38). Mas a produção de sentidos acontece no interior das formações discursivas, onde se dá o inter cruzamento de paráfrases. O sentido das palavras ou expressões é reconhecido apenas em relação à formação discursiva (FD) na qual elas estão inseridas.

A constituição do sentido de um discurso acontece porque o que é dito pelo sujeito se inscreve em uma determinada formação discursiva, e não outra, para ter um sentido, que não outro. Os sentidos das palavras derivam das formações discursivas nas quais tais palavras se inscrevem.

As FDs representam “regionalizações” do interdiscurso, configurando os discursos em suas relações. A possibilidade de dizeres, ofertada pelo interdiscurso, determina a constituição de uma FD – de seu domínio de saber próprio – em relação a outra. “Dizer que a palavra significa em relação a outras, é afirmar essa articulação de formações discursivas dominadas pelo interdiscurso em sua objetividade material contraditória” (ORLANDI, 2002, p. 44). A categoria do interdiscurso, nas palavras de Azevedo (2017, p. 69):

[...] representa o que Pêcheux denominou como todo complexo com dominante das formações discursivas. Representa tanto a totalidade dos discursos circulantes quanto a relação de contradição-desigualdade-subordinação que entre eles se estabelece.

É exatamente pelo interdiscurso que uma FD é definida e a relação entre diferentes formações discursivas pode ser, então, tanto de conflito quanto de aliança. São as FDs que imprimem ideias e que definem o que é ou não permitido dizer em uma dada realidade, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada, como Pêcheux (2014, p. 147, grifos do autor) afirma:

Chamaremos, então, *formação discursiva* aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.).

Mas é importante salientar que as FDs não são blocos homogêneos fechados em si mesmos com funcionamento automático. Courtine (2009, p. 99) diz que, pensando as FDs como

o exemplo de Pêcheux<sup>13</sup> apresentado anteriormente, procede-se “[...] o fechamento de uma FD, delimitando seu interior (o conjunto dos elementos do saber) de seu exterior (o conjunto dos elementos que não pertencem ao saber da FD)”, quando, de fato, as FDs são heterogêneas, antagônicas, contraditórias; suas fronteiras são fluidas, instáveis, movimentam-se. Nas palavras do referido autor, “[...] o interdiscurso de uma FD, como instância de formação/repetição/transformação dos elementos do saber dessa FD, pode ser apreendido como o que regula o deslocamento de suas fronteiras” (COURTINE, 2009, p. 100).

É a partir dessa noção de formação discursiva que podemos entender os diversos sentidos das palavras e expressões. Uma mesma palavra pode ter diferentes sentidos quando inscrita em FDs diferentes, assim como palavras diferentes podem ter um mesmo sentido quando inscritas em uma mesma FD. É a posição ideológica representada pela FD no processo histórico que determinará a produção do sentido.

As formações discursivas são, portanto, o lugar onde as formações ideológicas (FI) trabalham, regulando os sentidos e definindo o que pode e deve ser dito; lugar onde as formações ideológicas se apresentam como função social, intervindo nas relações e na prática social. “Cada formação ideológica que, historicamente, surge na sociedade tem como seus principais componentes uma ou mais formações discursivas [...]” (AMARAL, 2002, p. 38).

As formações ideológicas, por suas vezes, representam expressões da conjuntura ideológica de uma sociedade. Elas intervêm nas relações sociais como uma força que se confronta com outras forças no seio da conjuntura ideológica de uma determinada formação social num momento dado. Cada formação ideológica institui um intrincado conjunto de atitudes, valores e representações definidos historicamente com relação às classes em confronto. Tais atitudes, valores e representações “[...] não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’ mas se relacionam mais ou menos diretamente a *posições de classes* em conflito umas com as outras” (HAROCHE; HENRY; PÊCHEUX apud PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 166, grifo dos autores).

Através das posições ideológicas atuantes no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições estão sendo produzidas, ou melhor, reproduzidas, o sujeito tem a ideia de uma evidente transparência do *caráter material do sentido*; e o que causa essa

---

<sup>13</sup> É importante esclarecer que Pêcheux não ficou estancado quanto a essa noção de formação discursiva. Em *A Análise de Discurso: três épocas (1983)* (GADET; HAK, 1997), ele demonstra a necessidade de se repensar a FD questionando a concepção inicial de dispositivo estrutural fechado, e aponta algumas possibilidades, a exemplo dos encadeamentos intradiscursivos – “interfrásticos” (sobre os quais muitas pesquisas estavam sendo desenvolvidas) e da noção de heterogeneidade enunciativa, uma contribuição de Jacqueline Authier-Revuz, que sugere pesquisas sobre o discurso outro. Cf. as obras de Authier-Revuz: *Heterogeneidade(s) enunciativa(s)* (1990) e *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer* (1998).

ilusão é o chamado “todo complexo das formações ideológicas”. Pêcheux (2014, p. 146, grifos do autor) afirma que:

[...] *as palavras, expressões, proposições etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam*, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às *formações ideológicas* [...] nas quais essas posições se inscrevem.

O complexo das formações ideológicas é caracterizado pela lei de desigualdade-contradição-subordinação à qual o todo complexo com dominante das formações discursivas está submetido. Para Pêcheux (2014, p. 147, grifo do autor),

[...] as palavras, expressões, proposições etc., recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas: [...] diremos que os indivíduos são “interpelados” em sujeitos-falantes (em sujeitos de *seu* discurso) pelas formações discursivas que representam “na linguagem” as formações ideológicas que lhe são correspondentes.

A interpelação, na teoria do discurso, é a modalidade particular do funcionamento da instância ideológica no que concerne à reprodução das relações de produção. Nessa perspectiva, conforme Pêcheux e Fuchs (1997, p. 166, grifos dos autores), a ideologia interpela o indivíduo (visto como unidade abstrata) em sujeito (entendido como posição concreta que o indivíduo ocupa),

[...] de tal modo que cada um seja *conduzido*, sem se dar conta, e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade, a *ocupar o seu lugar* em uma ou outra das duas classes sociais antagonistas do modo de produção (ou naquela categoria, camada ou fração de classe ligada a uma delas)<sup>14</sup>.

A teoria da interpelação do sujeito, que é uma das contribuições de Althusser à teoria da ideologia, é apresentada por esse filósofo a partir de duas teses simultâneas: a de que não existe prática senão através de, e sob, uma ideologia e a de que não existe ideologia senão através do sujeito e para sujeitos. De acordo com Althusser (1991, p. 93, grifo do autor),

[...] a ideologia existe para sujeitos concretos, e esta destinação da ideologia só é possível pelo sujeito: isto é, pela *categoria de sujeito* e de seu funcionamento.

---

<sup>14</sup> As duas classes sociais às quais Pêcheux se refere são a burguesia e o proletariado. Esta subsumida, explorada pela outra, mas que, de alguma forma e em algum nível, apresenta algum tipo de resistência, até porque, de acordo com Silva Sobrinho (2007), lembrando o pensamento de Pêcheux, as classes se constituem pelo confronto, através do qual também configuram suas práticas específicas.

Queremos dizer com isso, mesmo que esta categoria (o sujeito) não apareça assim denominada, que com o surgimento da ideologia burguesa, e sobretudo com o da ideologia jurídica a categoria de sujeito (que pode aparecer sob outras denominações: como em Platão por exemplo, a alma, Deus, etc.) é a categoria constitutiva de toda ideologia, seja qual for a determinação (regional ou de classe) e seja qual for o momento histórico, – uma vez que a ideologia não tem história.

Essas duas teses integram uma tese maior: “a ideologia interpela os indivíduos enquanto sujeitos”, que é, na verdade, a terceira de três teses gerais formuladas por Althusser. As duas primeiras são “a ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência” e “a ideologia tem uma existência material”.

A intenção de Althusser ao elaborá-las era apresentar uma alternativa à tese de Marx e Engels (em *A ideologia alemã*), que colocaria a ideologia como um sonho determinado pela alienação da divisão do trabalho e como não tendo história própria, apenas refletindo a história real. Pensando dessa maneira, a ideologia seria puramente negativa. Para Althusser, em oposição, ela seria positiva, indicando que a ideologia em geral é omni-histórica, ou seja, não histórica, “[...] já que sua estrutura e seu funcionamento estariam presentes em toda história, isto é, na história de todas as sociedades de classes. Sua referência é clara e Althusser a explicita: a ideologia não tem história, no mesmo sentido em que o inconsciente, para Freud, é eterno” (ALBUQUERQUE, 1991, p. 39). Ainda em Althusser, as ideologias têm existência material, não se encontrando no campo das ideias, e o interesse em estudá-las está ligado ao conjunto de práticas materiais necessárias à reprodução das relações de produção, que são relações entre seres humanos.

Mas, embora Pêcheux tenha buscado a ideologia althusseriana pensando na constituição do sujeito da AD, ele termina por se afastar dessa “[...] concepção reprodutora de ideologia que apenas interpela os indivíduos colocando-os em lugares sociais, sem que nisso ocorram resistências ou falhas” (SILVA SOBRINHO, 2007, p. 61). Quem realça esse afastamento é Denise Maldidier (2003, p. 49), quando escreve o seguinte:

A leitura que Michel Pêcheux fazia do famoso texto de Althusser era original e marcava uma intuição teórica muito fina. Acrescentando a palavra “transformação” na fórmula consagrada utilizada por Althusser sobre a reprodução das relações de produção, ele tentava desmanchar as interpretações funcionalistas que o texto althusseriano não parava de suscitar. Esta questão, que é também a da contradição, ia estar logo no centro de sua reflexão.

Com isso, partindo da tese althusseriana da interpelação do indivíduo pela ideologia, Pêcheux avança quando considera que a lei constitutiva da Ideologia jamais se realiza de

maneira “geral”, mas, sim (e sempre), conforme Pêcheux e Fuchs (1997, p. 167), por meio de um conjunto determinado de FIs,

[...] que desempenham no interior deste conjunto, em cada fase histórica da luta de classes, um papel necessariamente desigual na reprodução e na transformação das relações de produção, e isto, em razão de suas características “regionais” (o Direito, a Moral, o Conhecimento, Deus etc...) e, ao mesmo tempo, de suas características de classe.

Ressalte-se que Pêcheux considera como condições fundamentais para a produção do discurso as condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção, referindo-se ao “[...] caráter intrinsecamente contraditório de *todo modo de produção que se baseia numa divisão em classes, isto é, cujo ‘princípio’ é a luta de classes*” (PÊCHEUX, 2014, p. 130, grifos do autor).

É por meio do discurso que a ideologia, em sua relação com a língua, deve ser observada, pois o discurso é o lugar teórico da ideologia, que, por sua vez, se materializa através dele. Na AD, a ideologia é compreendida como a relação entre sujeito, língua e história, produzindo sentidos.

Quando falamos em interpelação do indivíduo por uma ideologia, estamos falando do assujeitamento desse indivíduo, o qual permite que ele se torne sujeito de seu discurso. Mas não se pode quantificar o assujeitamento. Essa é uma questão de qualidade, pois, segundo Orlandi (1999), não se é nem menos nem mais sujeito, da mesma forma que não se é nem muito nem pouco, total ou parcialmente sujeito. “Apenas” se é sujeito. Nas palavras dessa autora (1999, p. 18), o assujeitamento

[...] diz respeito à natureza da subjetividade, à qualificação do sujeito pela sua relação constitutiva com o simbólico: se é sujeito pelo assujeitamento à língua, na história. Não se pode dizer senão afetado pelo simbólico, pelo sistema significante. Não há sentido nem sujeito se não houver assujeitamento à língua. Em outras palavras, para dizer, o sujeito submete-se à língua. Sem isto, não há como subjetivar-se.

Outra observação sobre assujeitamento que apresentamos é de Silva Sobrinho (2007), que afirma que ele pode ser pensado fora do mecanicismo, a partir do afastamento do marxismo estruturalista de Althusser. Diz Silva Sobrinho (2007, p. 66):

O assujeitamento não significa um sujeito robô que exposto ao mundo atue através de repetições programadas, mas sim o reconhecimento de que somos sujeitos de uma determinada época, inseridos em uma conjuntura histórica que

possui modos de pensar dominantes que afetam o nosso dizer e o modo de compreender o mundo. Assim, todas as vezes que o sujeito se posiciona discursivamente, ele está dialogando com inúmeros discursos com os quais ele pode concordar e até mesmo se confrontar, de tal modo que possa inclusive se deslocar de uma determinada formação ideológica.

Nem totalmente livre, nem totalmente determinado pela exterioridade, o sujeito do discurso é resultado de sua relação com a língua e com a história. Sua constituição também é fruto de sua relação com o outro. Isso implica afirmar, portanto, que ele não é a fonte do discurso nem a do sentido. Tendo como propriedade a incompletude, o sujeito está sempre em busca de superá-la com o intuito de afirmar sua identidade. No processo de interpelação, acontece, simultaneamente, a identificação do sujeito com a FD que o domina. É nesse processo que se constitui a forma-sujeito, que caracteriza, então, o sujeito afetado pela ideologia.

Mas, na AD, o sujeito não é constituído apenas pelo “assujeitamento” ideológico. Ele também é dotado de inconsciente (o inconsciente psicanalítico lacaniano). E é na relação dessas duas teorias que se realiza o que Pêcheux chama de “condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção”, que já mencionamos anteriormente. Para Pêcheux (2014, p. 124, grifos do autor),

[...] o *recalque inconsciente* e o *assujeitamento ideológico* estão materialmente ligados, sem estar confundidos, no interior do que se poderia designar *como o processo do Significante na interpelação e na identificação*, processo pelo qual se realiza o que chamamos as condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção.

Ou seja, é a língua o lugar material do encontro entre ideologia e inconsciente. E a constituição do sujeito se dá (simultaneamente com a constituição do sentido) através da articulação da língua com a história, onde entram em cena justamente a ideologia e o imaginário. De acordo com Magalhães (2003, p. 75),

[...] a subjetividade pretende prender o mundo, através da língua, tornando-o apenas possível a partir de seu discurso. No entanto, o discurso não é uma construção independente das relações sociais, mas, ao contrário, o fazer discursivo é uma práxis humana que só pode ser compreendida a partir do entendimento das contradições sociais que possibilitaram sua objetivação.

A subjetividade é, portanto, o lugar fundamental do acontecimento significativo que é o discurso. É a subjetividade que possibilita a observação dos sentidos possíveis que atuam em uma determinada posição-sujeito. Uma subjetividade objetivada (PÊCHEUX, 2014).

Para a AD, a subjetivação se dá ao passo que o sujeito se desloca de sua situação (lugar) no mundo para sua posição no discurso. “Essa projeção-material transforma a situação social (empírica) em posição-sujeito (discursiva)” (ORLANDI, 1999, p. 17). Em outras palavras, o que funciona no discurso não são os sujeitos físicos ou seus lugares empíricos, mas as imagens que resultam de sua(s) projeção(ões). São essas posições que significam no discurso; significação que se dá em relação às condições sócio-históricas e à memória.

Ao relatar isso, estamos falando das formações imaginárias<sup>15</sup>, que têm as relações de força como um dos mecanismos de funcionamento do discurso<sup>16</sup>. A noção de relações de força indica que o lugar de onde o sujeito fala é constitutivo do que ele diz. Para Orlandi (2002, p. 39),

[...] se o sujeito fala a partir do lugar do professor, suas palavras significam de modo diferente do que se falasse do lugar do aluno. O padre fala de um lugar em que suas palavras têm uma autoridade determinada junto aos fiéis etc. Como a nossa sociedade é constituída por relações hierarquizadas, são relações de força, sustentadas no poder desses diferentes lugares, que se fazem valer na “comunicação”. A fala do professor vale (significa) mais do que a do aluno.

Os fundamentos apresentados corroboram com a consideração de que a AD é instauradora de “novos gestos de leitura”. Assim, ela parte do pressuposto de que o sujeito não é a fonte do sentido, pois este se forma por um trabalho da rede de memória, e ambos (sujeito e sentido) não são nem naturais, nem transparentes. A determinação deles é histórica e eles devem ser pensados em seus processos de constituição. De acordo com Ferreira (1998, p. 202, grifo da autora),

A AD vai procurar, então, compreender o modo como um objeto simbólico produz sentidos, não a partir de um mero gesto de decodificação, mas como um procedimento que desvende a historicidade contida na linguagem, em seus mecanismos imaginários.

A característica da AD é atuar como prática disciplinar das contradições e dos entremeios. Há que se perceber as condições de produção do discurso, ou seja, os contextos

---

<sup>15</sup> Pêcheux definiu as formações imaginárias a partir do conceito de imaginário de Jacques Lacan. Sua noção está associada ao conceito de FD.

<sup>16</sup> Os outros dois mecanismos são as relações de sentidos (que sugerem que todo discurso sempre se relaciona com outros) e a antecipação (que diz que todo sujeito, para regular sua argumentação, tem a capacidade de se colocar no lugar de seu interlocutor no intuito de “prever” como suas palavras serão recebidas. É uma espécie de estratégia discursiva).



histórico-social e ideológico, os interlocutores, a situação, além do objeto de discurso, desvendando que o que se diz significa em relação ao que não se diz e a outros discursos.

Para se chegar às condições de produção do discurso, é necessário ir do texto ao próprio discurso, passando pelas formações discursivas e pela ideologia, “[...] permitindo ao analista em primeira instância e, ao seu leitor, em decorrência, acompanhar o trajeto em que se estabelecem os sentidos e os sujeitos pela inscrição da língua na história” (ORLANDI, 2000, p. 51). Entretanto, ainda de acordo com Orlandi (2000, p. 54), “[...] a escrita do analista de discurso não vem pré-fabricada, pronta – ao risco de transformar-se em forte repetição. [...] Ele deve ter a habilidade de quem mostra, sem orientar a persuasão e sem legitimar-se pela demonstração”.

É importante ressaltar que a relação do analista com os sentidos não é neutra. O analista aparece afetado pela interpretação, além de que ele tem uma posição marcada pelo que Orlandi (1996) apresenta como dispositivo analítico, posição essa diferente de uma posição da hermenêutica, que busca interpretar o sentido das palavras. O dispositivo analítico permite o deslocamento da posição do analista, fazendo com que ele trabalhe a opacidade da linguagem, isto é, sua não evidência. Dessa forma, o analista tem como relativizar (mediar) a relação do sujeito com a interpretação. Conforme Orlandi (1996, p. 85),

É, no entanto, a possibilidade de contemplar o movimento da interpretação, de compreendê-lo, que caracteriza a posição do analista. Nem acima, nem além do discurso, ou da história, mas deslocado. Numa posição que entremeia a descrição com a interpretação e que pode tornar visíveis as relações entre diferentes sentidos. Desse modo, ficamos sensíveis ao fato de que a descrição está exposta ao equívoco e o sentido é suscetível de tornar-se outro.

O analista, portanto, não tem como papel descrever o texto, a exemplo do hermeneuta. Sua finalidade é a compreensão; a explicação dos processos de significação que trabalham o texto e que sustentam a interpretação. Observando os mecanismos de funcionamento do texto, o analista busca perceber como ele produz sentidos. Orlandi (1996, p. 88) afirma que

O analista não só procura compreender como o texto produz sentidos, ele procura determinar que gestos de interpretação trabalham aquela discursividade que é objeto de sua compreensão. Em outras palavras, ele procura distinguir que gestos de interpretação estão constituindo os sentidos (e os sujeitos, em suas posições).

Deve-se sempre ir além da objetividade do texto; indo além do que está dito, isto é, considerando o que também está implícito, significando. De acordo com Silva (2015, p. 62, grifo do autor),

O gesto de interpretação pressupõe que a superfície discursiva (intradiscurso) é constituída numa porosidade, cujos espaços apontam para uma exterioridade que no discurso produz efeitos de sentido. Nesta perspectiva, a análise pressupõe também que é na relação com *o outro* que o discurso significa. Em última instância, trata-se da materialização das relações sociais no discurso, o que nos remete à esfera da produção.

Os sentidos atribuídos a um texto surgem, portanto, e até se estabelecem, não só através do que diz esse texto, mas também pelo que ele não diz e poderia dizer. Nem sempre os efeitos de sentidos estão presentes ali no texto. Os sentidos e suas relações se dão ainda, e também, a partir da intertextualidade presente em um texto. Isso porque sempre há dialogia, ou seja, relação entre o que diz um texto e o que dizem outros (textos).

A AD, como uma disciplina da interpretação, trabalha na busca da apreensão da historicidade do sentido em seus mecanismos de produção. Sempre trabalhando com a noção de ideologia, não se pretende chegar à verdade do sentido, ou se resgatar sentidos verdadeiros. Deve-se, sim, estar atento às suas diferenças, à sua multiplicidade. Para essa disciplina, todo sentido é discursivo, logo, sujeito a interpretação. Contudo, ela não pretende se instituir em “especialista de interpretação”, nem de controlar os sentidos do texto, como esclarece Ferreira (1998, p. 206), que diz ainda:

Ela quer, como diz Pêcheux (1988 [2014]), construir procedimentos que exponham ao olhar do leitor a opacidade do texto e a ação estratégica de um sujeito. Importa ter presente que o sujeito não detém a chave da “morada da língua”. Os sentidos são produto de uma construção linguística e histórica que passa por um processo social no qual os sujeitos determinam e são determinados. As ambigüidades de leitura vão ser produzidas por esse efeito de opacidade inerente ao texto (bem como a qualquer objeto simbólico) que é provocado pelo encadeamento sintático que dá suporte e sentido às construções linguísticas.

Sem, portanto, pretender ser especialista de interpretação, mas sim uma disciplina de interpretação, a Análise do Discurso permite que se trabalhe intervindo na relação do sujeito com a própria interpretação, com o dar sentidos. O analista deve aprender a se relacionar com a interpretação. Ele não se identifica com os movimentos da interpretação, mas observa-os. A possibilidade de interpretar só pode ser aberta pela referência às sociedades e à história, isto é, pela referência às formações discursivas e ideológicas, ao intradiscurso e ao interdiscurso, abrindo, pois, possibilidade de identificação, ligação ou transferência de significação, de sentido(s).

Na AD, entende-se a interpretação como o gesto de leitura de um fato que produz significação e surge em toda manifestação da linguagem. A interpretação acontece a partir da relação dos fatos e do sujeito com a significação. Os fatos reclamam sentido(s). E o sujeito é quem vai, por sua vez, atribuir esse(s) sentido(s). Como já observamos, os sentidos não estão fechados, não são evidentes, apesar de assim aparentarem ser. Eles sempre “jogam” com a ausência, com os sentidos do não sentido. Quanto mais falta há num dizer, mais silêncio se instala nele e, assim, mais possibilidades de sentidos se apresentam.

De fato, o gesto da interpretação é possível justamente porque o espaço simbólico é marcado tanto pela incompletude quanto por sua relação com o silêncio. Nessa perspectiva, considera-se que o silêncio é fundante. Não há, pois, sentido sem silêncio, forma essa de tentar domesticá-lo. “O silêncio é sentido contínuo, indistinto, horizonte possível da significação” (ORLANDI, 1996, p. 11).

O movimento dos sentidos é estabilizado pela linguagem. No silêncio, ao contrário, sentido e sujeito estão em movimento constante. O silêncio não fala, ele é, significa. Indo mais além, no silêncio, o sentido é. O real da significação e do discurso é o silêncio. Por isso também ele é fundante. “O silêncio é a própria condição da produção de sentido” (ORLANDI, 2007, p. 68). Seu campo de trabalho está nos limites do dizer, “[...] o seu horizonte possível e o seu horizonte realizado” (ORLANDI, 2007, p. 91).

Não há visibilidade para o silêncio. Ele não é diretamente observável. Mas ele passa pelas palavras. Para vislumbrá-lo, é preciso observá-lo indiretamente e alguns métodos (discursivos) capazes disso são históricos, críticos, “des-construtivistas”. Se um analista não considerar a historicidade de um texto, ou seja, os processos de construção dos efeitos de sentidos, ficará impossibilitado de perceber e compreender o silêncio. Mas, para identificá-lo, tem-se de buscar pistas, ou “traços”, pois ele não deixa marcas formais, embora tenha aspectos culturais, políticos e históricos; contextos que favorecem o acesso às pistas, desde que se conheça esses aspectos. “É por fissuras, rupturas, falhas, que ele se mostra, fugazmente” (ORLANDI, 2007, p. 46). “Dissemos [...] que observamos o silêncio *indiretamente*. Mais do que ‘marcas’ (paradigma da demonstração) temos ‘pistas’ (conjecturas). Para analisar o silêncio é assim preciso fazer intervir a teoria enquanto crítica”, acrescenta Orlandi (2007, p. 55, grifo da autora).

O silêncio é dizível; é uma possibilidade do dizer. Compreendê-lo é uma busca constante para a explicitação do modo pelo qual ele significa. Mas não basta metaforizá-lo em sua relação com o dizer, convertendo-o em palavras, dando a ele “significado” e “sentido”; tem-se que

conhecer os processos de significação que ele lança. É preciso conhecer seus modos de significar. Para Orlandi (2007, p. 46),

A significação não se desenvolve sobre uma linha reta, mensurável, calculável, segmentável. Os sentidos são dispersos, eles se desenvolvem em todas as direções e se fazem por diferentes matérias, entre as quais se encontra o silêncio. A materialidade do sentido não é indiferente aos processos de significação e a seus efeitos: o silêncio significa de modo contínuo, absoluto, enquanto que a linguagem verbal significa por unidades discretas, formais. Eis uma diferença que é preciso não apagar.

As formas do silêncio existem sob duas categorias: a do silêncio fundante (todo processo de significação resulta numa relação necessária ao silêncio) e a da política do silêncio (o silenciamento). Esta, por sua vez, sustenta que o sentido do dizer não estará dizendo outros sentidos, pois outros sentidos possíveis seriam apagados ao se dizer algo. Ela produz um recorte entre o que se diz e o que não se diz. Já o silêncio fundante não põe nenhuma divisão; ele significa em e por si mesmo.

Segundo Orlandi, dizer e silenciar andam juntos. “Há, pois, uma declinação política da significação que resulta no silenciamento como forma não de calar mas de fazer dizer ‘uma’ coisa, para não deixar dizer ‘outras’. Ou seja, o silêncio recorta o dizer. Essa é sua dimensão política” (ORLANDI, 2007, p. 53).

A política do silêncio tem duas formas de existência ligadas. Uma é o silêncio constitutivo e a outra forma é a do silêncio local. O constitutivo faz funcionar o conjunto do que é preciso não dizer para poder dizer. Enquanto que o local é a interdição do dizer, a censura. É a produção do interdito, do proibido.

Quando o sujeito se relaciona com as FDs (e isso é constante), o silêncio fundador surge como componente crucial e atua no seu não fechamento. O silêncio cria espaço para seus deslocamentos. Ainda de acordo com Orlandi (2007, p. 157),

Se no interior de uma formação discursiva se pode transitar por construções diferentes nos processos de significação, esse trânsito aparentemente livre já vem determinado pelo recorte impresso por uma formação discursiva no conjunto do dizível. A esses recortes o sujeito não tem acesso; ele se constitui pelo estabelecimento deles. É assim que se pode entender que a ideologia não tem exterior. Como também se pode compreender a afirmação de que o inassertado domina o assertado, o interdiscurso constitui o intradiscurso e a exterioridade constitui a interioridade. Aí intervém o silêncio, pois é ele que permite o trânsito do sujeito pelos limites.

Sobre a relação silêncio e implícito, ressalte-se que essas são duas noções distintas com pressupostos teóricos e consequências analíticas diversas. A noção de implícito defendida por Ducrot (apud ORLANDI, 2007, p. 65) ancora-se nos

[...] modos de expressão implícita que permitem deixar entender sem incorrer na responsabilidade de ter dito [...]. Ora, se tem frequentemente necessidade de dizer certas coisas e ao mesmo tempo de poder fazer como se as tivéssemos dito, de dizê-las, mas de modo tal que se possa recusar a sua responsabilidade.

Conforme Orlandi (2007, p. 65): “[...] o não-dito remete ao dito. Não é assim que concebemos o silêncio. Ele não remete ao dito; ele se mantém como tal; ele permanece silêncio e significa”. Para analisar um discurso, portanto, é necessário percorrer um longo caminho no trabalho de análise das condições objetivas nas quais esse discurso foi produzido. A relação língua-discurso fornece pistas/marcas para se chegar ao conhecimento das condições sócio-históricas de produção do discurso, além dos efeitos de sentido que ele mesmo produz e da “ausência” (silêncio) presente no dizer.

É esse caminho que percorreremos na seção 4, buscando entender no discurso dos manuais de redação e estilo o que também não está dito em suas apresentações. Ao que se pretendem quando passam a circular para o público em geral? Gerar renda para as empresas ou “educar”, “orientar” o leitor-escritor? E antes mesmo de se tornarem “manuais-livros”, quando suas circulações eram apenas internas, restritas às redações, qual o intento? Padronização da “língua” (textos) dos jornalistas? É isso que veremos nas páginas da referida seção. Antes, porém, na próxima seção (3), faremos um breve percurso pela história da imprensa no Brasil, entendendo como necessário para a compreensão das condições de produção do discurso dos manuais.

### 3 A IMPRENSA BRASILEIRA E OS MANUAIS DE REDAÇÃO

Falar de relações de força e do lugar ocupado pelo sujeito é apontar para nosso objeto de pesquisa: o discurso dos manuais de redação e estilo de três dos jornais de maior circulação no país, os quais são tidos como os mais respeitáveis por serem considerados “os mais sérios”, o que contribui para mantê-los com altos índices de vendas, de assinaturas e de leitores.

Os manuais são representantes de instituições que, por suas vezes, representam poder; uma espécie de “poder paralelo” aos Três Poderes oficialmente constituídos (Judiciário, Legislativo e Executivo). A imprensa ocuparia, então, “o Quarto Poder”. Em verdade, ela já é considerada como tal, e isso desde o início do século 19. Antes considerada uma reunião de fanáticos, demagogos ou escritores de terceira categoria (TRAQUINA, 2012), a imprensa era tida, paradoxalmente, pelos poderes autoritários – prevaletentes à época – como uma força antagonista, desenvolvida por revolucionários perigosos.

De acordo com Traquina (2012, p. 46, grifo do autor),

Este “maior poder da nação” tinha sido designado como o “Quarto Poder” [...] por um deputado do Parlamento inglês, McCaulay, que um dia apontou para a galeria onde se sentavam os jornalistas e os apelidou o “Quarto Poder” (tradução do termo inglês *Fourth Estate*) (Boorstein, 1971: 124). No ano de 1828, ainda sobre (sic) a influência da Revolução Francesa, quando McCaulay se referiu-se (sic) ao “quarto” *état* (o termo francês para *estate*) ou “poder”, tinha como quadro de referência os três *états* da Revolução Francesa: o clero, a nobreza e o *troisième état*, que engloba os burgueses e o povo. No novo enquadramento da democracia, com o princípio de “poder controla poder” (*power checks power*), a imprensa (os *media*) seria o “quarto” poder em relação aos outros três: o poder executivo, o legislativo e o judicial.

Não muito diferente, mas com suas peculiaridades, a imprensa brasileira tem, em seus anais, importantes participações na história do país, que a “legitimariam” como o “quarto poder”, seja fazendo frente aos outros três, ao desempenhar o papel de fiscalizador e denunciador, seja se confundindo como porta-voz de governos com inclinação mais voltada ao autoritarismo.

É esse percurso que faremos nesta seção, registrando o nascedouro da imprensa no Brasil, o aparecimento do rádio e da televisão e o surgimento exponencial de jornais (não nessa ordem), com destaque para os jornais O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e O Globo, e, conseqüentemente, de seus respectivos manuais.

### 3.1 A Imprensa no Brasil: Um Percurso Histórico

No ano de 1808, e ainda sob o domínio de Portugal, o Brasil viu surgir a imprensa em seu território, um dos poucos países do mundo e da América Latina que não dispunham de produção de palavra impressa nem tampouco de universidades e fábricas. Nada disso era conveniente para os colonizadores, pois eles temiam, como bem diz Lustosa (2004, p. 7), “[...] deixar entrar aqui essas novidades e verem, por influência delas, escapar-lhes das mãos a galinha dos ovos de ouro que era para eles o Brasil”.

A vinda de dom João VI e da Família Real naquele mesmo ano modificou o *status* político e econômico do Brasil, permitindo a abertura dos portos às chamadas nações amigas, a ampliação do comércio e também a necessidade de se imprimir os atos do governo e se divulgar notícias de interesse da Coroa. Isso resultou na instalação das oficinas da Imprensa Régia em maio de 1808. “As peças de composição e impressão servem a artífices portugueses e brasileiros para a produção de livros, papéis diplomáticos, confecção de leis, cartas de jogar”, acrescenta-nos Juarez Bahia (2009, p. 18).

Quatro meses depois, no dia 10 de setembro, começou a circular a Gazeta do Rio de Janeiro, sob responsabilidade de d. Rodrigo de Sousa Coutinho (mais tarde, conde de Linhares) e com muitas semelhanças à Gazeta de Lisboa. O jornal da Colônia era, inicialmente, semanal e publicado aos sábados. Logo depois, passou a circular bissemanalmente, às quartas-feiras e sábados, para, em seguida, sair às ruas nas terças, quintas e sábados. Além dessas, existiam também as edições extraordinárias, sem periodicidade fixa, como o próprio nome aponta.

Sempre com quatro páginas, o conteúdo da Gazeta do Rio de Janeiro apresentava as inovações culturais criadas a partir da mudança da Corte de Portugal para o Brasil, como o Liceu de Artes, a Biblioteca Real, a Academia de Marinha e as escolas médico-cirúrgicas da Bahia e do Rio de Janeiro, além de algumas curtas notícias e anúncios locais, relatos, editais, proclamações, decretos, ordens e contraordens militares, por exemplo. Publicava também, com frequência, os acontecimentos de guerra (invasões, lutas, resistência) na Península Ibérica, ainda que com atrasos de quatro a seis meses, já que as notícias chegavam por via marítima.

Esse perfil apresentado pela Gazeta do Rio de Janeiro dava ao jornal uma conotação de natureza oficial, a qual foi negada pela Corte a partir deste aviso: “N.B. – Esta *Gazeta*, ainda que pertença por privilégio aos Officiaes da Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros e

da Guerra, não he com tudo Official; e o Governo somente responde por aquelles papeis, que nella mandar imprimir em seu nome”<sup>17</sup>.

Meses antes, entretanto, em junho daquele mesmo ano de 1808, surgiu o jornal *Correio Braziliense*, apresentando informações internacionais, com visão crítica de fatos políticos, econômicos e sociais envolvendo o Brasil. “Naquele começo de século XIX, chama-se brasileiros aos comerciantes que negociavam com o Brasil e brasilianos aos índios. Brazilienses eram os portugueses nascidos ou estabelecidos no Brasil e que se sentiam vinculados ao Brasil como à sua verdadeira pátria”, informa-nos Lustosa (2004, p. 14).

O *Correio* tinha como público-alvo, portanto, os leitores residentes no Brasil, mas o jornal era elaborado e rodado em Londres. Criado por Hipólito José da Costa Furtado de Mendonça (mais conhecido como Hipólito da Costa), o intuito era o de difundir na América os ideais do liberalismo e apresentar as vantagens de um sistema de governo com base na Constituição. De acordo com Mariani (1993, p. 32),

Em ambos os jornais focalizava-se, comentava-se, discutia-se o panorama político-econômico europeu; em raros momentos focalizava-se, comentava-se e discutia-se a situação brasileira. Que estranha situação esta, a da imprensa brasileira, quando se constitui no século XIX.

O *Correio Braziliense* ou *Armazem Literario* (seu nome completo) é tido como o primeiro jornal brasileiro, já que sua publicação data de 1º de junho de 1808. Diferente da *Gazeta do Rio de Janeiro*, o *Correio* era quase um livro, com cerca de cem páginas. Tratava-se de uma brochura mensal, um misto de jornal, revista e livro, que apresentava densos e extensos artigos analíticos que, às vezes, prolongavam-se por várias edições seguidas para completar a ideia dos autores. Suas principais seções (ou editorias) eram Política, Comércio e Artes, Literatura e Ciências, Miscelânea (com as “Reflexões sobre as novidades do mês”) e Correspondência.

Seu fundador, Hipólito da Costa, é considerado o primeiro jornalista brasileiro. Nascido na Colônia do Sacramento, na Cisplatina (à época, Rio Grande do Sul; hoje, Uruguai), Hipólito estudou na cidade portuguesa de Coimbra, morou em Lisboa e nos Estados Unidos da América (quando se envolveu com a maçonaria<sup>18</sup>), mas passou parte de sua vida em Londres.

---

<sup>17</sup> A abreviatura no início da citação (N.B.) quer dizer note bem (*nota bene*). Toda a citação foi extraída de Bahia (2009, p. 21, grifo da publicação).

<sup>18</sup> A maçonaria é uma ordem secreta pregadora da liberdade religiosa, coisa que a Igreja Católica de Portugal não permitia. Hipólito da Costa teve seu interesse despertado por ela quando de sua passagem pelos Estados Unidos.



Sua história na Inglaterra começou após realizar uma viagem oficial a Londres como funcionário da Imprensa Régia de Portugal, onde era responsável pela publicação de livros de técnica e de economia. Na capital britânica, Hipólito conheceu maçons ingleses com os quais estreitou laços, e, ao retornar a Lisboa, foi descoberto e preso. Amigos maçons, incluindo o príncipe da Inglaterra, Augusto Frederico, duque de Sussex, filho do rei George III, tentaram libertá-lo, mas sem êxito. Hipólito só conseguiu escapar da prisão fugindo anos depois, em 1805. Foi morar em Londres, onde trabalhou como tradutor e professor de Português, e colaborou na elaboração de uma obra sobre a história de Portugal e em uma gramática.

Visionário como era, Hipólito viu na mudança da Corte Portuguesa para o Brasil a oportunidade de mudar a história do país, difundindo ideias de desenvolvimento e progresso. A palavra impressa e livre de censura era, portanto, para ele, a forma de colocar isso em prática. Ele acreditava que qualquer forma de censura e repressão ao pensamento e à imprensa servia exclusivamente para esconder incompetências, irregularidades e corrupção. Sendo assim, Hipólito da Costa enxergava ser possível editar uma publicação diretamente da Inglaterra, uma vez que ele, como amigo do filho do rei daquele país, “[...] tornara-se protegido pelas leis inglesas e sentia-se seguro para fazer observações e críticas à administração dos negócios portugueses que nenhum outro súdito português ousara até então” (LUSTOSA, 2004, p. 14).

Surgiu, pois, o Correio Braziliense, onde seu fundador imprimia suas ideias liberais na tentativa de despertar os brasileiros contra o absolutismo e qualquer outra forma de despotismo. Ele defendia, entre outras coisas, a gradativa mudança do sistema de trabalho escravo para o trabalho livre, transparência das contas públicas e maior participação popular na política. Mas Hipólito preferia, conforme diz Lustosa (2004, p. 17),

[...] que esta não se confundisse com a liderança do processo de transformação do sistema de governo. Pois ele não era um democrata: queria que as reformas fossem feitas pelo governo antes que o povo as fizesse. Acreditava que a monarquia constitucional tal como conhecia na Inglaterra era o melhor dos governos possíveis.

O Correio Braziliense sobreviveu por catorze anos, o mesmo tempo entre a chegada da Família Real ao Brasil e a Independência. O Correio circulou, mais precisamente, por catorze anos e cinco meses, até novembro de 1822. Isso porque Hipólito da Costa considerou que sua missão estava encerrada, já que seu objetivo maior era ver o Brasil como uma nação independente.

Esse jornal, de fato, teve muita importância nesse processo, pois, em 1820, dois anos antes de encerrar suas atividades, iniciou o diálogo com os liberais do Brasil e a imprensa

brasileira, que, já tornada livre, após decreto de 21 de setembro, que estabelecia a liberdade de imprensa, começava a ver circular os primeiros jornais locais independentes – ou não – da Coroa já no ano seguinte, 1821, ano em que a censura prévia para a imprensa em geral foi definitivamente suspensa pelo rei dom João VI.

Antes desse período, entretanto, já circulavam pela chamada América portuguesa outras publicações impressas em Portugal e em outras partes da Europa. A Gazeta de Lisboa foi a primeira a chegar por aqui, em 1778. De acordo com Morel (2008, p. 30, grifo do autor), depois vieram outras,

[...] como os 15 periódicos existentes durante o governo (1750-1777) do marquês de Pombal ou os 9 que circulavam em Portugal em 1809: tratando de divulgação de cultura e utilidades, eram noticiosos, científicos, literários e históricos – e lidos pelos portugueses da península e da América. Ou seja, havia jornais produzidos na Europa e recebidos normalmente no Brasil pelo menos desde o século XVIII.

No entanto, essa imprensa periódica, embora disseminasse informações, opiniões e idéias, não praticava até 1808 o debate e a divergência política, publicamente, no contexto do absolutismo (ainda que *ilustrado*) português. É na criação de um espaço público de crítica, quando as opiniões políticas assim publicizadas destacavam-se dos governos, que começa a instaurar-se a chamada opinião pública.

Dentre os primeiros jornais rodados em território brasileiro, registram-se: Conciliador do Reino Unido, O Amigo do Rei e da Nação, A Idade d'Ouro do Brasil, O Bem da Ordem, O Revérbero Constitucional Fluminense, O Espelho, Despertador Braziliense<sup>19</sup>, A Malagueta, Reclamação do Brasil, Correio do Rio de Janeiro, Aurora Pernambucana, o Conciliador do Maranhão. Todos esses lançados antes de 22 de abril de 1822, dia oficial da independência nacional.

Depois desse período, citamos ainda os seguintes jornais: Diário do Governo (versão reformulada da Gazeta do Rio de Janeiro), O Regulador Brasília, Atalaia, Correio Extraordinário do Rio de Janeiro (que era escrito da prisão por João Soares Lisboa), Diário da Assembleia, O Paraense, Silfo, O Tamoyo, A Sentinela da Liberdade na Guarita da Praia Grande, Estrela Brasileira, Sentinela da Liberdade à Beira do Mar da Praia Grande, O Compilador Mineiro, O Olindense (um órgão estudantil que circulou em Olinda e Recife), Diário do Governo do Ceará, Gazeta do Governo da Paraíba do Norte, Farol Paulistano, Diário

---

<sup>19</sup> O Despertador Braziliense é considerado um panfleto, e não jornal. É tido como o primeiro grito de independência, embora sua responsabilidade seja atribuída a José da Silva Lisboa, futuro visconde de Cairu, considerado um reacionário e sempre do lado da Corte, mas que não se conformava com as medidas danosas ao Brasil, como o restabelecimento do monopólio comercial com Portugal e o fechamento dos tribunais e das instituições acadêmicas, dentre outras insatisfações.

de Porto Alegre, Diário de Pernambuco, Jornal do Commercio (do Rio de Janeiro), Aurora Fluminense, O Repúblico, Gazeta do Brasil, Diário Fluminense, O Observador Constitucional, O Carapuceiro.

### **3.2 A Imprensa dos Manuais**

Após a apresentação desse percurso histórico do surgimento da imprensa produzida no Brasil, consideramos relevante, a partir de agora, mencionar os períodos e contextos históricos de surgimento dos três jornais cujos manuais de redação e estilo são objetos desta pesquisa.

O primeiro deles foi O Estado de S. Paulo, que nasceu com o nome A Província de São Paulo, ainda no Segundo Reinado (1840-1889), em 1875, tendo seu nome modificado em 1890. Os outros dois, Folha de S. Paulo (nascida como Folha da Noite, em 1921) e O Globo (1925), são do período da República Velha (1889-1930).

Fundado por um grupo de republicanos e abolicionistas em 4 de janeiro de 1875, o jornal A Província de São Paulo (hoje, O Estado de S. Paulo) era dirigido por Francisco Rangel Pestana e Américo Campos e surgiu num período em que os jornais mais estruturados e estáveis superaram a fase dos efêmeros pasquins e panfletos, no longo Segundo Reinado, quando o Brasil era uma sociedade essencialmente rural (90% da população) e de uma maioria analfabeta (89%), incluindo os grandes proprietários de terras. Nessa fase, muitos jornais fecharam, todavia muitos dos que sobreviveram aumentaram suas tiragens. Também nesse período, iniciou-se o processo de segmentação dos jornais (voltados ao público feminino, a imigrantes, a abolicionistas e a escravocratas) e a diminuição do embate político, embora tenha permanecido o alinhamento com correntes políticas.

Além dessas características, esse período também se destaca pela tolerância de dom Pedro II quanto à liberdade de imprensa, já que recebia constantes críticas e era alvo de deboches, principalmente em forma de caricaturas, de jornais que pregavam a mudança da forma de governo, os quais nunca foram reprimidos por isso. Mas essa era uma realidade peculiar à capital (Rio de Janeiro) e aos jornais que nela circulavam, pois nas províncias, mais especificamente nas que foram palco de conflitos armados, a situação era diferente; a repressão e o cerceamento eram uma constante, praticados pelos governantes e por famílias proprietárias de terras.

A mudança de nome de A Província de São Paulo para O Estado de S. Paulo se deu logo após a proclamação da República, em 1889, e sua direção foi assumida por Júlio Mesquita em 1891. Desde então, e enfrentando vários percalços, a exemplo das ditaduras de Vargas e do

regime militar, O Estado de S. Paulo se manteve sob propriedade da família Mesquita, com irmão, filhos e sobrinhos de Júlio Mesquita se revezando na direção na empresa (até os dias atuais), que é uma das pioneiras do chamado conglomerado de comunicação de massa de propriedade familiar, muito comum no Brasil.

Já na chamada República Velha, é que nascem os outros dois jornais. O início dessa época foi marcado por um novo ciclo de transformações, como o retorno aos tempos do cerceamento da liberdade de imprensa, períodos de estado de sítio e atos de violência, principalmente contra os periódicos que mantinham uma posição monarquista. “E, além da repressão, não foram poucos os casos em que recursos públicos foram utilizados para corromper jornais e jornalistas, em especial no governo Campos Salles”, segundo o documento *Imprensa Brasileira: dois séculos de História*, da Associação Nacional de Jornais (2008 p. 12).

A tumultuada República Velha foi a época em que a imprensa viu surgir seu primeiro concorrente: o rádio, que chegou em 1919 ao Brasil, através de Edgard Roquette-Pinto. Além desse fato, a imprensa (principalmente os grandes jornais) também deu um salto com a incorporação de máquinas de escrever às redações e setores administrativos, de linotipos<sup>20</sup> (que aceleravam o processo de composição das publicações) e de rotativas, melhorando a qualidade das impressões ao passo que aumentavam as tiragens. Foi nesse contexto que surgiram os outros dois jornais.

A Folha de S.Paulo nasceu Folha da Noite, fundada em 19 de fevereiro de 1921 por um grupo de jornalistas, todos ex-redatores de O Estado de S. Paulo: Olival Costa, Pedro Cunha, Léo Vaz, Mariano Costa e Artênio Figueiredo. O objetivo era atingir um público formado pela classe média e pela classe operária. O jornal era vespertino e passou a ter uma “irmã” matutina quatro anos depois, quando foi lançada a Folha da Manhã em 1925.

Em 1931, os títulos foram comprados por Octaviano Alves de Lima, Diógenes de Lemos e Guilherme de Almeida, os quais mudaram a razão social da organização para Empresa Folha da Manhã Ltda. As mudanças se estenderam à linha editorial, que passou a defender os interesses dos produtores rurais paulistas, principalmente os cafeicultores. Segundo Bahia (2009), o latifundiário paulista Octaviano Alves de Lima

[...] investe os lucros de suas atividades agrícolas, entre as quais o café, recupera as Folhas, que passam a ser porta-vozes das elites, com acentuada tendência provinciana, e inova o marketing jornalístico ao trocar assinaturas por sacas de café de 60 quilos, tipo 4.

---

<sup>20</sup> O linotipo substituiu a composição com tipos móveis e é uma máquina para impressão que funde o texto digitado pelo gráfico numa liga de chumbo, estanho e régulo de antimônio.

Então, as Folhas sintonizam com os interesses rurais que dominam São Paulo e, influenciadas por Octaviano Alves de Lima, defendem a agricultura, disparam obuses contra o que chamam de proliferação industrial. Politicamente neutras, na realidade dão mais espaço ao Governo Vargas que à nascente oposição que se levantará em armas, em 32, no movimento constitucionalista (BAHIA, 2009, p. 185).

Catorze anos depois (1945), a Folha passou por novas mudanças. Uma delas foi quanto à propriedade, a qual foi assumida por um grupo formado por Alcides Ribeiro Meireles e José Nabantino Ramos (financiados pelo latifundiário e ex-interventor da empresa Fernando Costa) e Clóvis Medeiros Queiroga (representante das cotas pagas pelo industrial Francisco Matarazzo). Com essa formação, a Folha passou a ser sociedade anônima e teve vários métodos e outro tipo de organização incorporados ao seu funcionamento, como a criação do programa de ação da empresa e as normas de trabalho da divisão de redação. Seu lema era: “Um jornal de classe média para a classe média”.

Em 1949, a empresa Folha da Manhã S.A. ganhou mais um periódico: o vespertino Folha da Tarde, que, mais à frente, em 1960, fundiu-se às outras Folhas tornando-se uma apenas, a Folha de S.Paulo, que passou a circular em três edições diárias<sup>21</sup>.

Mas uma nova crise financeira vivida pela empresa transferiu-a mais uma vez de mãos: em 1961, ela passou ao controle dos empresários Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho, os quais não tinham nenhum vínculo com o jornalismo anteriormente. Eles mantiveram a classe média como público-alvo do jornal e reorganizaram a administração e as finanças da empresa, investindo na renovação tecnológica.

Segundo a empresa, também chamada Grupo Folha, como está dito no Manual da Redação da Folha (2001, p. 106, grifo da publicação),

[...] a partir de 1974, com a infra-estrutura da empresa reparada, a Redação passou a ser modificada. O jornal percebeu a abertura política do regime militar e investiu nela durante os dez anos seguintes.

Um projeto editorial, primeiro de uma série, foi elaborado em 1978 e passou a nortear os rumos jornalísticos da **Folha**, que assumiu, em 1984, a liderança –entre os veículos de comunicação do país– da campanha Diretas-Já. Dois anos depois, o jornal tornou-se o diário de maior circulação no país, condição que manteve daí em diante.

Em 1991, Octavio Frias de Oliveira assumiu as ações que pertenciam a Carlos Caldeira Filho, da Empresa Folha da Manhã S.A., e, dessa forma, a direção absoluta do Grupo Folha. Em suas próprias palavras, Octavio Frias, também então diretor editorial do grupo, assim

---

<sup>21</sup> A Folha da Tarde voltaria a circular novamente, independente da Folha de S.Paulo, cinco anos depois, em 1967.

definiu o jornal: “[...] a *Folha* procura um jornalismo crítico, apartidário, moderno e pluralista” (JOÃO CARLOS RODRIGUES apud BAHIA, 2009, p. 187, grifo da publicação).

O terceiro jornal cujo manual é objeto da presente investigação é O Globo. Fundado em 29 de julho de 1925, pelo empresário Irineu Marinho<sup>22</sup>, que veio a falecer três semanas mais tarde, O Globo teve sua direção assumida pelo filho mais velho do fundador: Roberto Marinho, à época com apenas 20 anos.

O Globo foi o veículo que deu início ao maior conglomerado de comunicação do país, e um dos maiores do mundo, reunindo emissoras de rádio e televisão (como a TV Globo, segunda maior do mundo), jornais, revistas e editoras, além de outras empresas de ramos diversos. A consolidação do grupo teve à frente justamente o primogênito de Irineu, Roberto Marinho. Tal consolidação é atribuída ao acordo com o grupo estadunidense Time-Life, em 1961.

O capital estrangeiro teve forte presença no Brasil no fim dos anos 1950, a partir do modelo de desenvolvimento econômico do governo de Juscelino Kubitschek (1955-1960). Mesmo com a proibição constitucional de investimento externo<sup>23</sup>, várias emissoras de rádio e televisão, editoras de livros, revistas e jornais e empresas de publicidade receberam investimentos de capital estrangeiro.

Em virtude disso, no ano de 1966 foi formada no Congresso Nacional uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar, dentre outras, a relação das Organizações Globo com a Time-Life. A conclusão foi a de que os negócios entre essas partes eram inconstitucionais e lesivos ao Brasil. Roberto Marinho foi notificado pela Procuradoria-Geral da República para regularizar a situação de violação das leis num prazo de 90 dias, mas recorreu ao então presidente marechal Castelo Branco, que prontamente deu efeito suspensivo ao recurso. Como nos acrescenta Carlos Lacerda, citado por Bahia (2009, p. 424), em artigo publicado no Jornal da Tarde de 4 de novembro de 1966, com o título *A corrupção da revolução*:

Castelo não deu solução e com isto assegura a impunidade de Marinho e o prosseguimento impune e lucrativo da violação da lei. Assim, o sr. Castelo Branco recebeu a herança de corrupção de Roberto Marinho – e a encampou. Enquanto isso, o deputado Roberto Saturnino, do MDB fluminense, foi proibido por Castelo de se candidatar à eleição, sob vaga acusação de ser da esquerda. Não se trata de um comunista; nem o próprio governo alega isso.

---

<sup>22</sup> Antes de fundar O Globo, Irineu Marinho foi proprietário do jornal carioca A Noite, mas perdeu o controle acionário da empresa anos depois.

<sup>23</sup> A participação de estrangeiros ou brasileiros naturalizados há menos de dez anos no capital social de empresas jornalísticas e de radiodifusão só passou a ser permitida em 20 de dezembro de 2002, pela Lei nº 10.610. Entretanto, a participação só pode se dar de forma indireta (por intermédio de pessoa jurídica constituída) e não pode ultrapassar 30% do capital total e do capital votante da empresa.

Ele foi o presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito que apurou, na Câmara, esses fatos que a própria Procuradoria da República assim define.

Já o relator da CPI, o deputado potiguar Djalma Marinho, da Arena, foi frequentemente criticado pelo jornal O Globo. Ainda segundo Bahia, em nota de rodapé, “[...] endossando o acordo TV Globo-Time & Life, o regime autoritário investiu politicamente na formação de um monopólio que lhe foi fiel até a sua queda” (BAHIA, 2009, p. 424).

A ligação das Organizações Globo com o regime militar durou até a redemocratização do país. Exemplo disso foi a atitude da TV Globo de se autocensurar e, negligentemente, noticiar no Jornal Nacional de 25 de janeiro de 1984 que mais de 500 mil pessoas que participavam de um comício pelas Diretas-Já em São Paulo estavam, na verdade, comemorando o aniversário da cidade. Naquele período, já de abertura política, muitos veículos de comunicação ainda praticavam a autocensura, antes de qualquer imposição ou impedimento do regime.

De acordo com Bahia (2009, p. 245, grifo do autor),

A grande imprensa, a grande televisão, o grande rádio, assumem um notório papel de desinformação e, com raras exceções, estabelecem uma autocensura formal sobre a maior manifestação de massa já ocorrida na história recente do país.

A censura oficial, parcial, sobre comunicados de TV e rádio não justifica o voluntário silêncio de grandes redes de televisão, à frente a Globo, diante das frequentes concentrações populares nas maiores cidades – algumas delas registrando mais de 1 milhão de pessoas – em favor das diretas.

O comportamento de grandes jornais, exceto a *Folha de S. Paulo*, em relação aos comícios das diretas identifica flagrante manipulação de fatos relevantes, nos quais está engajada a sociedade. Escolhendo ficar do outro lado da história, a grande imprensa – jornais, rádio e televisão – mancha a sua omissão noticiosa com a suspeita de estar a serviço do estrito poder militar que ainda consignava como subversiva e antipatriótica (mas sem correr o risco de enfrentá-la publicamente a campanha das diretas).

O Governo Figueiredo faz recomendações aos grandes veículos para que seja diluída a cobertura dos comícios. As empresas de comunicação – quase todas dependentes, então, de decisões econômicas do Planalto – primeiro cortam e, depois, limitam a simples registros em páginas inferiores o noticiário dos comícios. Essa “orientação” só muda quando a desinformação se torna constrangedora para os veículos, abalando a sua credibilidade.

As Organizações Globo formam, portanto, o maior sistema de manipulação da informação; o mais expressivo depois do fim do chamado império de Assis Chateaubriand: os Diários e Emissoras Associados, uma cadeia de comunicação que incluía jornais, revistas (O Cruzeiro, por exemplo), rádios, TVs (a Tupi estava entre elas) e agências de notícias entre as

décadas de 1930 e 1970. O grupo atuava no Brasil e também em outros países da América Latina.

Esses tipos de conglomerados só favorecem aos grupos um poder de manipular notícias e traficar influências, práticas típicas de monopólio. Ainda conforme Bahia (2009, p. 418),

Curiosamente, quanto mais frequentes sejam os espasmos institucionais ao longo da nossa história, a sociedade brasileira sofre duplamente os efeitos nocivos do monopólio da opinião: de um lado, o sistema de controle exercido pela propriedade privada dos meios; e, de outro, o sistema de controle imposto pelo Estado.

As exceções restringem-se à resistência de focos de oposição ou contrapropaganda, às vezes consentidos e outras vezes não, que não chegam, porém, a comprometer os objetivos empresariais e políticos por trás dos quais se relacionam os principais grupos de poder.

A monopolização dos meios de massa se manifesta na ausência da contrapropaganda, da oposição de ideias pelos mesmos métodos de difusão, do confronto de opiniões livremente expressas. Ela se dá, também, num crescente estado de conformismo social, quando as exceções não são suficientes para conter o transbordamento dos elementos conformistas.

No Brasil, as exceções são mínimas e os principais grupos de poder estão nas mãos de famílias, como nos casos dos jornais cujos manuais são analisados neste trabalho: família Mesquita (O Estado de S. Paulo), família Frias (Folha de S. Paulo) e família Marinho (O Globo). Os manuais de redação e estilo desses três jornais têm suas apresentações analisadas a partir da próxima seção.



## 4 DA FORMAÇÃO DISCURSIVA JORNALÍSTICA ÀS IMPOSIÇÕES DO MERCADO EDITORIAL

Esta seção traz a análise dos discursos materializados nas apresentações/introduções dos três manuais de redação e estilo, de onde foi formulado o *corpus* desta pesquisa, composto por 16 sequências discursivas<sup>24</sup> (SD). As análises estão dispostas em três subseções, sendo a primeira relacionada ao manual do jornal O Globo, a segunda referente ao jornal Folha de S.Paulo e a terceira, a O Estado de S. Paulo. Decidimos por esta disposição levando em consideração a ordem cronológica de publicação editorial dos manuais, como explicitado na introdução desta exposição.

### 4.1 O Globo

Na 28ª edição do Manual de Redação e Estilo, de O Globo (2003), o organizador e editor do livro, Luiz Garcia, coloca para o leitor duas “apresentações”, ambas assinadas por ele, sendo uma concernente à primeira edição, de onde se extrai a SD a seguir:

**SD1** - Esta é a quarta versão do manual de redação e estilo do GLOBO, bastante diferente da primeira, de circulação interna, editada no início da década de 60 (houve outra nos anos 70 e mais uma há pouco mais de cinco anos, quando a redação foi informatizada).

Nessa primeira sequência discursiva (SD), ao dizer que essa versão do manual está “[...] bastante diferente da primeira, de circulação interna [...]”, o editor afirma que, antes, o manual era exclusivo do corpo profissional do jornal, passando, a partir da quarta versão, a ser lançada no mercado editorial (que não está dito, mas está implícito, e que também não diz por que se decidiu pela transposição de muros).

Sabemos que oferecer, sortear, vender produtos de diversas naturezas têm sido uma prática comum das empresas editoras de jornais e veículos de comunicação em geral. O objetivo é garantir leitores (no caso dos meios impressos), ouvintes (rádios) e telespectadores (TVs). Mas é também, sem dúvida e principalmente, o de angariar recursos em forma de capital. O jornalista Ricardo Noblat (1997, p. 83, grifo do autor) afirma que:

---

<sup>24</sup> Entenda-se por sequências discursivas (SDs) “textos de extensão variável”, cujo conjunto formam o *corpus* discursivo (PÉCHEUX; FUCHS, 1997, p. 239).

[...] quando percebem que a circulação minguava ou não cresce na proporção estimada, os jornais apelam em desespero para promoções que justificam como *agregação de valor*. Compre um jornal, por favor, que não o satisfaz plenamente. Em compensação, ganhe uma fita de vídeo, abatimento de 50% numa churrascaria ou concorra ao sorteio de um carro.

Essas são estratégias de marketing, aqui considerado nos termos definidos por Richers (2006, p. 18), quando diz:

[...] definimos Marketing como sendo as atividades sistemáticas de uma organização humana voltadas à busca e realização de trocas para o seu meio ambiente, visando benefícios específicos. O núcleo desta definição é a idéia da troca ou do intercâmbio de quaisquer tipos de valores entre partidos interessados. Essa troca pode envolver objetos tangíveis (tais como bens de consumo e dinheiro) e intangíveis (como serviços ou mesmo idéias) [...].

Para Kotler (2009, p. 56), por sua vez, marketing é:

a arte de encontrar e desenvolver oportunidades, e lucrar a partir delas. Se o departamento de marketing não vislumbrar oportunidades, está na hora de demitir o departamento! Se os gerentes de marketing não conseguem imaginar novos produtos, serviços, programas e sistemas, para que estão sendo pagos?

É exatamente isso que as empresas de comunicação têm feito por meio de seus departamentos de marketing. Pesquisam quais nichos de mercado são ainda incipientes ou mesmo inexistentes e desenvolvem produtos que sejam lançados e representem receita para suas empresas, como Richers (2006, p. 25) afirma:

Por mais complexo e envolvente que seja o processo de escolha e dosagem do composto de Marketing, ele sempre gira em torno de duas finalidades primordiais: uma delas consiste em detectar oportunidades de mercado ou a existência de demandas inadequadamente satisfeitas pelas ofertas existentes, seja da própria empresa e/ou de seus concorrentes. Essas oportunidades são denominadas “nichos” mercadológicos. A outra finalidade consiste em preencher esses nichos com o mínimo de recursos e custos operacionais.

Indo ao encontro do exposto, Kotler corrobora: “A oportunidade de marketing existe no momento em que o profissional de marketing identifica um grupo de tamanho suficiente, cujas necessidades não estão sendo satisfeitas. [...]” (KOTLER, 2009, p. 57).

Composta por diversos mercados (publicações, rádio, indústria fonográfica, teatro empresarial etc.), a indústria cultural tem o cinema e a televisão como seus maiores pilares e

motores de desenvolvimento. Mas os jornais impressos também estão presentes nesse processo. E esses meios de comunicação de massa (MCM) têm a publicidade como essencial para seu desenvolvimento, além de uma relação de acompanhamento do modo de produção capitalista que vem desde o século 19.

Problematizando a evidente histórica relação entre indústria cultural e capitalismo monopolista, Bolaño (2004, p. 35) diz que o elo teórico entre eles está na publicidade, que mostra “[...] a direção dada à produção cultural no capitalismo monopolista”. Para corroborar seu argumento, Bolaño (2004, p. 34) cita Maria Arminda do Nascimento Arruda<sup>25</sup> em nota:

[...] a publicidade opera visivelmente no domínio do consumo, se bem que, cada vez mais, sua presença é perceptível na própria concepção dos produtos. Como um componente do planejamento do setor de vendas, que é tanto mais importante quanto mais complexa for a estrutura produtiva, que gera não somente a diversificação, mas sobretudo a existência de mercadorias similares, à publicidade cabe introduzir uma maior “certeza” do consumo.

E segue Bolaño (2004, p. 35): “[...] o sentido da relação que se estabelece entre o público e os meios de comunicação é o de promover o consumo massivo, servindo a Indústria Cultural como um elemento-chave (embora não o único) no processo de crescimento da grande empresa”. As empresas não vendem apenas jornal e espaços “loteados” em suas páginas em forma de anúncios publicitários e classificados<sup>26</sup>, por exemplo, vendem também outros produtos, como os manuais, os quais são bens simbólicos produzidos pela indústria cultural.

Ao que parece, essa estratégia surte resultados satisfatórios para as empresas. No caso de O Globo, ele possui 1.194.000 leitores e é o segundo jornal em circulação diária no país: 286.944 exemplares nos dias úteis e 352.516 exemplares aos domingos, isso em se tratando de versão impressa, sem contar a digital, em dados de novembro de 2017. Além dele, o jornal Extra (também do Rio de Janeiro e igualmente pertencente à Infoglobo Comunicações S.A. – embora de cunho mais popular –, e que também usa como base de trabalho e consulta o manual de O Globo) integra o ranking dos dez maiores jornais em número de exemplares vendidos:

<sup>25</sup> Cf. ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. **A embalagem do sistema**: estudo sobre a publicidade no campo monopolista retardatário. São Paulo: Departamento de Ciências Sociais da FFLC/USP (mimeo).

<sup>26</sup> Para se ter uma noção de como esse mercado contribuiu para a penetração, o fortalecimento e o aumento da receita dos jornais, citamos Bahia (2009, p. 241, grifo do autor): “Em janeiro de 1987, o jornal [O Estado de S. Paulo] lança o caderno de empregos, aos domingos. A edição do dia 11 publica 138 páginas só com ofertas e procura de emprego, duas a mais do que o total de páginas da edição de 28-8-1983. Aos 113 anos de existência e 108 de vida independente, *O Estado* demonstra em 1988 uma vitalidade que, em grande parte, emerge dos seus pequenos anúncios, além, é claro, da força da sua opinião. Em função da quantidade de classificados, a média anual de suas edições é superior a 2 milhões de exemplares. Um recorde de outubro de 1986 aponta para 324 páginas e 466 247 exemplares. O número de assinaturas pagas está acima de cem mil”.

foram 88.150 exemplares nos dias úteis e 157.188 exemplares nos domingos em 2018, totalizando 1.300.000 leitores, segundo informações do site Infoglobo<sup>27</sup>.

No recorte “quando a redação foi informatizada”, podemos notar que esse período de automatização dos jornais-empresas provocou uma mudança representando inovação, que produz um sentido de modernização, contribuindo para o fortalecimento da imagem de indústria da imprensa. De acordo com Silva (2001b, p. 277, grifos da autora),

Nesse contexto, o papel do manual é o de contribuir para uma imagem técnica da imprensa, identificada à produção de textos, ou seja, de *determinado texto, a notícia*. [...].

Assumida a imprensa como um processo industrial, os jornais irão se constituir cada vez mais como *produtos*: produtos sempre novos. A inovação tecnológica e a renovação mercadológica serão uma constante, processos que distinguem os jornais entre si – através de uma visão setorizada de seu público – e ao mesmo tempo “pasteurizam” a imprensa como um todo.

A segunda “apresentação” do manual se refere à edição tratada (28<sup>a</sup>), que se coloca assim:

**SD2** - Nesta edição revista e ampliada do Manual ele está enriquecido, principalmente, pelas reações de seus leitores. Procuramos consertar o que foi objeto de crítica procedente e ampliar o que se mostrou útil e interessante, com a ajuda de mais 30 meses de análise diária do GLOBO. [...] Acreditamos que ficou bem mais fácil consultar o Manual. [...].

Nessa sequência, notamos duas falhas: a primeira, no trecho “Nesta edição revista e ampliada **do Manual ele está** enriquecido” (grifo nosso); a outra, em: “com a ajuda de **mais [de] 30 meses** de análise diária” (grifo nosso). Os descuidos podem ter sido de digitação, mas certamente se configuram como uma falta grave, já que se trata de um manual com pretensões de ensinar/auxiliar a escrever corretamente e sem “equivocos”. Quanto ao “enriquecimento” da nova versão, embora o autor se refira aos leitores do manual, não fica evidente qual o universo de leitores; se aí também se incluem os jornalistas, que, obviamente, não deixam de ser leitores/seguidores do manual. Portanto, se esses estão excluídos desse universo, há um silenciamento quanto à sua participação nas “reações” que resultaram na reedição do manual.

Sobre essa mesma SD, podemos afirmar que o sujeito enunciativo (que agora aparece no coletivo, falando em primeira pessoa do plural, colocando-se na posição da equipe que produziu

<sup>27</sup> Cf. <https://www.infoglobo.com.br/Anuncie/ProdutosDetalhe.aspx?IdProduto=92>

o manual) apresenta duas situações antagônicas por meio dos verbos “consertar” e “ampliar”. Quem conserta, conserta algo que estava errado ou danificado. Sendo assim, está implícito que o conserto foi procedido sobre os erros cometidos na versão anterior. Em contrapartida, e opostamente, houve ampliação do que estava certo e bom. Portanto, o enunciador acredita “[...] que ficou bem mais fácil consultar o Manual [...]”.

Vejam, agora, outra sequência discursiva:

**SD3** - Procuramos – acreditamos que com êxito – atingir um ponto de equilíbrio entre a informação curta e objetiva, de fácil acesso, para a consulta de cada dia, e a discussão mais alongada de algumas questões relevantes do estilo e da atividade jornalística.

Nessa SD, notamos a presença da FD jornalística (FDJ) quando se diz “informação curta e objetiva”. Nomeamos de FDJ a formação discursiva que abrange os elementos do saber jornalístico, os quais, na teoria jornalística, apresentam, entre outras características, como a notícia deve ser escrita e divulgada, excluindo-se a “possibilidade” de opinião por parte do sujeito que noticia, ou seja, aquele que redige e reporta a notícia. Na técnica jornalística, não se permite que o autor do texto noticioso se posicione sobre o fato noticiado: “[...] o sujeito deve ficar de fora” (SILVA, 2001b, p. 302).

De acordo com Erbolato (2008, p. 56), a notícia “Deve ser publicada de forma sintética, sem rodeios e de maneira a dar a noção correta do assunto focalizado. [...] o poder de síntese não impedirá a clareza. [...] A objetividade, porém, em certos casos é um dos pontos mais controvertidos e difíceis do jornalismo [...]”. Reforçando essa colocação de controvérsia, vejamos o que nos diz Pena (2012, p. 50-51, grifo do autor):

**A objetividade é definida em oposição à subjetividade, o que é um grande erro, pois ela surge não para negá-la, mas sim por reconhecer a sua inevitabilidade.** Seu verdadeiro significado está ligado à ideia de que os fatos são construídos de forma tão complexa que não se pode cultuá-los como a expressão absoluta da realidade. Pelo contrário, é preciso desconfiar desses fatos e criar um método que assegure algum rigor científico ao reportá-los. [...] A objetividade, então, surge porque há uma percepção de que os fatos são subjetivos, ou seja, construídos a partir da mediação de um indivíduo, que tem preconceitos, ideologias, carências, interesses pessoais ou organizacionais e outras idiosincrasias. [...] A sociedade confunde a objetividade do método com a do profissional, e este jamais deixará de ser subjetivo.

No jornalismo, o exercício da opinião declarada só é autorizado ao jornal, que se posiciona mais diretamente através de seus editoriais, e aos articulistas e colunistas em textos

assinados, embora também haja normas para a opinião<sup>28</sup>. Sobre essa peculiaridade da técnica jornalística, encontramos em Silva (2001b, p. 303, grifo da autora) a seguinte afirmação:

A concepção de notícia que exclui a opinião é a forma própria da imprensa hoje no Brasil lidar especificamente com a questão do *direito à palavra*: se, na relação com a língua, o sujeito pode se instrumentalizar para a “defesa de uma idéia”, a técnica jornalística de texto procura desinstrumentalizar o sujeito-escritor jornalista, para “defender o leitor” de suas idéias.

Observamos, pois, a impossibilidade de separação entre objetividade e subjetividade (isto é, entre uma “neutralidade objetiva” e uma “opinião subjetiva”), assim como, por consequência, entre informação e opinião. Isso implica duas situações: uma em relação à divisão social do trabalho e outra à imprensa enquanto produtora de visibilidade histórica.

Sobre esse último aspecto, valemo-nos da seguinte colocação de Silva (2001b, p. 305, grifo da autora):

É para possibilitar uma *visibilidade histórica*, que a imprensa se representa através de uma linguagem imaginada como transparente, e/ou de uma instituição que se posiciona com transparência. E é nessa medida que o jornalista é “treinado” pelos manuais para deixar de ser autor e melhor representar a sociedade, no sentido de poder realizar a *informação sem opinião*. [...] A imprensa parece assim exercer, em seu trabalho, uma diluição da materialidade histórica, que fica aí “perdida”, entre essa objetividade idealizada para o fato, de um lado, e a opinião enquanto expressão da subjetividade, de outro lado.

Quanto à divisão de trabalho, ela remete à constituição dessa representação dupla para a imprensa em relação ao fato jornalístico e seu tratamento: objetividade (neutralidade, imparcialidade) e subjetividade (opinião). Conforme Marx e Engels (1987, p. 72),

A divisão do trabalho [...], como uma das principais forças da história até aqui, expressa-se também no seio da classe dominante como divisão do trabalho espiritual e material, de tal modo que, no interior desta classe, uma parte aparece como pensadores desta classe (seus ideólogos ativos, conceptivos, que fazem da formação de ilusões desta classe a respeito de si mesma seu modo principal de subsistência), enquanto que os outros relacionam-se com estas idéias e ilusões de maneira mais passiva e receptiva, pois são, na realidade, os membros ativos desta classe e têm pouco tempo para produzir idéias e ilusões acerca de si próprios.

Com a imprensa não é diferente, pois ela funciona institucionalmente a partir da divisão do trabalho de autoria, a qual é autorizada a alguns e privada a outros. Para contextualizarmos

---

<sup>28</sup> Não foi objeto desta pesquisa relatar as formas normativas de opinião defendidas pelos manuais de imprensa.

tal afirmação, vamos novamente a Silva (1998, p. 173, grifo da autora), que constata a interferência dessa divisão na construção da autoria institucional do jornal:

Sobre os textos nos jornais podemos dizer que uma divisão que se apresenta imediatamente para o leitor é entre *textos assinados* (os artigos) e *textos não-assinados* (as notícias). A normatização recairá diferentemente para um e para outro, na medida em que o texto não-assinado representará tão somente a fala do jornal, que deve possuir um padrão. Pela definição da notícia como “puro registro dos fatos, sem comentário, nem interpretação”, a interpretação fica autorizada então apenas para alguns, os articulistas, sendo negada para os redatores, cujo trabalho (compreendido como *registro* dos fatos) pode ser apagado, enquanto autoria, pela instituição que o emprega [...].

Pêcheux (1994, p. 58) chama esse mesmo processo de “divisão social do trabalho da leitura”, e explica:

[...] a alguns, o direito de produzir leituras originais, logo ‘interpretações’, constituindo, ao mesmo tempo, atos políticos (sustentando ou afrontando o poder local); a outros, a tarefa subalterna de preparar e de sustentar, pelos gestos anônimos do tratamento ‘literal’ dos documentos, as ditas ‘interpretações’...

Em outras palavras, o direito à leitura e à interpretação é distribuído a partir da determinação sócio-histórica do sujeito. A sociedade e suas instituições (Estado, igreja, escola, partidos políticos etc.) apontam os autores e intérpretes, ou seja, os que estão autorizados a ler, a escrever e a falar. Em geral, os autorizados são o chefe de Estado, o padre, o professor, o líder partidário, que produzem textos que legitimam a divisão social do trabalho da leitura (ou da interpretação).

Tudo isso quer dizer que os sentidos presentes num texto são administrados; eles não estão soltos. Mas mesmo havendo interdição de interpretação, na relação com os sentidos há sempre espaço de trabalho do sujeito e da história. Aliás, na AD, isso não só é possível como imprescindível para sua existência e seu desenvolvimento.

Logo após o início da primeira apresentação<sup>29</sup>, que indica tratar-se da quarta versão do manual (que já fora editado nas décadas de 1960, 1970 e no fim da de 1980, além das reedições), o texto segue dizendo o seguinte:

**SD4** - Nesse período, pouco mudou no esforço para produzir um jornalismo dinâmico, de leitura fácil e agradável. Já eram essas, por sinal, as linhas mestras dos primeiros manuais distribuídos

<sup>29</sup> O referido manual traz as apresentações da primeira edição e da atual, que integra o *corpus* desta pesquisa.

na década de 50 em redações do Rio [...]. Essa nova edição do manual do GLOBO [...] trata com mais profundidade questões relacionadas à moderna linguagem jornalística e ao comportamento do jornalista numa sociedade que dele exige cada vez mais em capacitação técnica e consciência profissional.

Ao colocar que “no esforço para produzir um jornalismo dinâmico”, “pouco mudou”, está explícita a existência de mudança, embora “pouca” (o que nos impede de perceber se o esforço aumentou ou diminuiu), na busca por um outro jornalismo, que, antes, não existia. Mas está implícito que, diferentemente da atualidade, o jornalismo era enfadonho, de difícil e desagradável leituras, portanto.

Ao mencionar “jornalismo dinâmico, de leitura fácil e agradável”, notamos a inscrição desse discurso na FDJ, a qual atravessa o mesmo discurso quando mais à frente é dito que a nova edição “trata com mais profundidade questões relacionadas à moderna linguagem jornalística e ao comportamento do jornalista numa sociedade que dele exige cada vez mais em capacitação técnica e consciência profissional”.

A “moderna linguagem jornalística” é, no entanto, um processo contínuo, já que a humanidade está em constante evolução. Mas aqui está posto com base num período em que o jornal começou a perder cada vez mais espaço para seus concorrentes, principalmente a TV, uma vez que a internet só viria a aumentar essa disputa cerca de uma década depois, a partir da segunda metade do decênio de 1990, mas que também “forçou” os jornais a buscarem “soluções” para se manterem na concorrência, fazendo com que muitos deles criassem versões concomitantemente digitais ou mesmo migrando de plataforma e deixando de circular no formato impresso.

A “moderna linguagem jornalística” marca uma posição discursiva em relação à linguagem formal, anteriormente recorrente, mas que não abdica da normatização da língua apresentada pela gramática. Aqui, “moderno”, contrapondo-se a “antigo”, refere-se ao estilo de escrita telejornalística, que, muito mais que o jornal, requer um texto ainda mais conciso, coeso, direto e “objetivo”, dado o menor espaço de tempo (e espaço/tempo) para veiculação das notícias. Conforme Amaral (2016, p. 124), “[...] no desempenho de sua função o mercado põe exigências que afetam o mundo do trabalho. Os trabalhadores devem mudar seus hábitos, sua forma de organização, seu comportamento político para se adequar (sic) à nova realidade”.

Além disso, a busca por algo “moderno” dialoga com uma memória de um passado recente, do qual a imprensa foi testemunha e sofreu um processo de identificação, de contraidentificação ou de desidentificação com a ideologia (entendida como práxis) da ditadura



militar. Assim, entendemos que o discurso do referido manual, no rastro do “moderno”, pretende acompanhar as mudanças pelas quais o país tem passado desde a reabertura política, com o fim da ditadura militar e o início da democratização do fim da década de 1980.

Submetendo mais um recorte da SD4 a análise, temos que outra FD se faz presente, a do mercado, ao dizer “**comportamento jornalístico**”, “**capacitação técnica**” e “**consciência profissional**” (grifos nossos). Chamaremos essa formação discursiva de FDM, cujos elementos do saber são apontados por Amaral (2016, p. 126) como estando

[...] ancorados em fundamentos da formação ideológica capitalista que consideram que para a felicidade e a liberdade do homem só existe um caminho: seguir as determinações do mercado. Os indivíduos não podem ser livres se estiverem isolados; só inseridos nas instituições do mercado (as empresas nas mais diversas formas, desde as produtoras de matéria-prima até as administradoras de títulos ou prestadoras de serviços) os indivíduos poderão experimentar a liberdade. [...] Enquanto mediação, o mercado se constitui em uma particularidade reguladora da relação capital/trabalho. Ele se reveste de uma universalidade que anula e oculta a realidade dos conflitos entre as classes [...].

O interdiscurso da FDM constituído no discurso dos termos acima destacados da SD4 faz circular sentidos que remontam à gestão do trabalho, cuja ideia de “qualidade” está associada ao processo de industrialização da década de 1920 no mundo, ligada à ideia “[...] de tempo e de eficiência do trabalhador no desempenho de suas tarefas” (AMARAL, 2016, p. 146). O emprego desse padrão de qualidade se verificou nas décadas seguintes, orientado pelas metodologias fordista e taylorista (AMARAL, 2016).

Ao desenvolver pesquisa sobre o discurso da qualidade total, Amaral (2016) afirma que “[...] a gerência do processo de trabalho foi assumida pelo capitalista, representante do capital, desenvolvendo-se, a partir daí, formas diversas de controle e modelação da relação capital/trabalho sobre a qual se estrutura o processo produtivo” (AMARAL, 2016, p. 154). Ainda de acordo com Amaral (2016, p. 24), “A ‘qualidade’ apresenta-se, hoje, revestida de ‘novo’, mas comporta as mesmas condições que a instituiu (sic) no processo de trabalho: a produção e o lucro”. Isso aponta para o fato de que, como todos os trabalhadores, o empregado jornalista faz parte da engrenagem do fazer industrial e comercial dos veículos.

Portanto, quando o referido discurso aponta a sociedade como parâmetro de exigência cada vez maior de capacitação e consciência do profissional jornalista, ele (o discurso) silencia que tal exigência tem origem na própria empresa responsável pelo manual, já que, no caso de O Globo, a elaboração desse produto teve “como ponto de partida a crítica diária de cada edição [...], registro necessário (às vezes cruel, segundo opiniões respeitáveis) de erros e equívocos”.

Ao explicar o objetivo de manuais de redação, Erbolato (2008, p. 124) confirma nossa colocação: “Cada jornal tem as suas próprias normas, que devem ser rigorosamente seguidas e que vão desde a maneira de redigir até as expressões vetadas e as matérias preferenciais. [...] A finalidade é a de que os jornais se apresentem como um todo, sem disparidades ou contradições”.

A empresa (jornal) transfere para a sociedade a responsabilidade da exigência de “reciclagem” do profissional, que, na verdade, é sua, origina-se em seu interior. Isso indica que há um silenciamento relacionado ao conflito de classes: classe patronal (proprietários dos jornais) *versus* classe trabalhadora (jornalistas desses jornais), já que “[...] cada luta de classes é uma luta política” (MARX; ENGELS, 1998, p. 24), e que esse antagonismo é indispensável para a produção e a reprodução da própria sociedade. Os profissionais têm que escrever (para dizer) e sua redação está sob o comando da empresa, a qual detém o poder, que implica na tentativa de controle dos sentidos e dos seus efeitos.

Escrever sob um determinado padrão (como e o que escrever) aponta para um manual, para uma formatação de conteúdo e posicionamentos que não está explícita. O que se pretende com essa prática, e que está silenciada, não é o zelo pela língua, pela ética e pelas técnicas profissionais, mas a manutenção do posicionamento político e ideológico de cada empresa, e, com isso, a interdição do profissional – e até mesmo do leitor/consulente –, que está para além do estilo.

A mesma sequência discursiva ainda nos permite afirmar, quanto às formações imaginárias, que o locutor do discurso tem uma imagem de como deve ser o jornalismo: “dinâmico, de leitura fácil e agradável”; e do manual (de como ele deve ser), tomando por base os precursores brasileiros: “Já eram essas, por sinal, as linhas mestras dos primeiros manuais distribuídos na década de 50 em redações do Rio”.

Mas a imagem que ele tem de como deve ser o manual (útil, prático e que aponte deficiências e maneiras de aperfeiçoamento no/do texto jornalístico) também está presente nas seguintes SDs (grifos nossos):

**SD5** - São mais de 1.200 edições do jornal passados na peneira; deve ser o suficiente para mostrar as principais deficiências e áreas suscetíveis de **aperfeiçoamento** no texto do GLOBO e no jornalismo brasileiro em geral.

**SD6** - Temos razões especiais para confiar na **utilidade** deste trabalho, tanto para os jornalistas do GLOBO como para quem mais se lance à aventura de escrever.

**SD7** - A preocupação com o caráter **prático** do trabalho esteve presente também na decisão de produzir um apêndice dedicado exclusivamente a termos jurídicos: eles aparecem em notícias de todos os setores do noticiário, o que aumenta a incidência de erros cometidos por jornalistas não familiarizados com a área.

Na SD5, são apresentados indícios de que o manual não é direcionado apenas aos jornalistas da casa, mas aos de outros veículos ou mesmo aos que trabalham de forma independente, chamados de *freelancers*: “aperfeiçoamento no texto do GLOBO e no jornalismo brasileiro em geral”. Apoiando-se nisso, aliás, é possível afirmar que os manuais, ao se lançarem no mercado editorial e atingir um público externo e numeroso, caracterizam-se na tentativa de substituir gramáticas e dicionários, ainda hoje pilares do saber metalinguístico (AUROUX, 1992). Pois, segundo o autor do manual, falando em primeira pessoa do plural: “Temos razões especiais para confiar na utilidade deste trabalho, tanto para os jornalistas do GLOBO como para quem mais se lance à aventura de escrever. [...]” (SD6).

Ao transpor os limites das redações dos jornais e se lançarem no mercado editorial, as empresas jornalísticas publicizam as suas normas de objetividade no tratamento da notícia. E ao passo que se dirigem a um público mais amplo, também pressupõem que esse público já seja detentor de um domínio da língua, ainda que não satisfatório. Como Silva (2001b, p. 284) afirma: “[...] o cotidiano jornalístico assume uma relação com a gramática do português no Brasil, que implica a aprendizagem da língua escrita na escola”.

Essa escolaridade se configura como um interdiscurso dos manuais, e termina por sustentar a existência deles fora das redações devido à imagem que se tem dela como falha, deficiente. Assim, o texto jornalístico quer se colocar como referência de escrita para todos os sujeitos-escritores, sejam eles profissionais ou não. De acordo com Silva (2001b, p. 285, grifo da autora):

A possibilidade destas publicações terem efetivamente um “público-consumidor” para elas não está em um interesse diretamente pela escrita jornalística, mas em reconhecer nessa prática de escrita hoje uma referência de texto, e, por extensão, de “desempenho” da língua escrita. Imagina-se então, por parte dos manuais, que estes nos colocam em relação não apenas com a escrita jornalística, mas também com algo não mais próprio do jornalista: a língua, a gramática, como aquilo que é comum a todo *sujeito-escritor*.

Além de legitimar o lugar que ocupa, a imprensa “autoriza-se”, por meio dos manuais, a instrumentalizar a língua quando se lança no mercado editorial, permitindo-se chegar ao

público em geral, leitor ou não desses jornais que os manuais representam. Essa prática é comum aos outros manuais analisados nesta pesquisa e podem ser conferidos nas seguintes sequências discursivas: SD1 e SD6 (O Globo), SD8 e SD9 (Folha), SD11, SD12, SD13, SD15 e SD16 (Estado), nove ao todo.

Mas, curiosamente, uma publicação que se propõe a “mostrar as principais deficiências e áreas suscetíveis de aperfeiçoamento no texto do GLOBO e no jornalismo brasileiro em geral” (SD5) deixa escapar (de forma surpreendente e inconcebível) a seguinte transgressão de concordância verbal: “1.200 edições do jornal **passados**” (grifo nosso). O particípio passado do verbo “passar” deveria vir no plural feminino, concordando com o substantivo feminino plural “edições”, e não como se apresenta. Entretanto, se a intenção era (que não parece ser) a de concordar com o substantivo masculino singular “jornal”, que viesse no singular: “passado”.

Ao que parece, essa falha escapou ao autor da obra, assim como a todos os seus “colaboradores” (profissionais ou leitores do jornal e do manual), “severos defensores do bom uso do idioma”, segundo as próprias palavras do autor da publicação Luiz Garcia, ao fim da segunda apresentação, pouco antes de sua assinatura e de dar início ao conteúdo do livro.

Para encerrar esta análise do manual de O Globo, temos que a SD7 aponta para um discurso outro: o jurídico. Senão, vejamos: “A preocupação com o caráter prático do trabalho esteve presente na decisão de produzir um apêndice dedicado exclusivamente a termos jurídicos: eles aparecem em notícias de todos os setores do noticiário [...]”. Aqui, há a confirmação de que o discurso jurídico atravessa com frequência e regularidade o discurso jornalístico – via interdiscurso –, assim como se faz presente no funcionamento da sociedade capitalista, pois o Direito é uma instituição social fundamentada na ilusão de representatividade dos interesses de toda a sociedade, mas, na verdade, “[...] são instituições que expressam os interesses históricos das classes dominantes” (LESSA; TONET, 2008, p. 101).

Para Marx e Engels (1987, p. 72, grifo dos autores),

As idéias (*Gedanken*) da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes; isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual. As idéias dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes

concebidas como idéias; portanto, a expressão das relações que tornam uma classe a classe dominante; portanto, as idéias de sua dominação.

Num patamar semelhante ao da Justiça, da igreja e da escola, mas com uma especificidade que lhe é peculiar, os meios de comunicação de massa, de acordo com Azevedo (2017, p. 67),

[...] ocupam o papel de principal difusor da ideologia dominante. Dito de outra maneira, a ideologia dominante encontra, nos MCM, o aparelho ideológico com maior capacidade de intervir nas relações de contradição-desigualdade-subordinação do complexo de formações ideológicas, regulando as relações de reprodução/transformação das relações de produção – em geral, reproduzindo, no plano ideológico, essas relações.

Ainda de acordo com o referido autor, a partir de produtos como os manuais, a imprensa estabelece determinadas linguagens com as quais se deve trabalhar, “[...] diferentes linguagens (escrita, falada, imagética etc.), que ‘moldam’ e caracterizam um fazer próprio do Aparelho Ideológico da Mídia que não se verifica em nenhum outro campo” (AZEVEDO, 2017, p. 58).

## 4.2 Folha de S.Paulo

Procederemos, agora, à análise do Manual da Redação, da Folha de S.Paulo. O material aqui analisado é a “introdução” da 7ª edição da publicação, ano de 2001. Essa é uma versão revista e ampliada da edição anterior, que data de 1992, a qual atualizava (incluindo acréscimos) as de 1987 e 1984.

A primeira sequência discursiva que apresentamos é a seguinte:

**SD8** - Este manual contém as normas e recomendações que norteiam o trabalho dos jornalistas da **Folha**. [...] A elaboração deste livro obedeceu a alguns princípios básicos. A exemplo das versões anteriores, ele procura condensar uma concepção de jornal e tornar disponível para o público leitor uma pauta de compromissos, dando-lhe a possibilidade de fiscalizar sua execução. (Grifo da publicação).

Apresentando “normas e recomendações que norteiam o trabalho dos jornalistas da **Folha**”, o jornal silencia que, na verdade, está impondo regras, preceitos, doutrinas, leis, modelos, padrões a serem seguidos, embora se utilize de uma gradação logo em seguida ao mencionar “recomendações”, que implica em conselho, advertência, situações mais amenas que

as anteriores, referentes a normas. E quando fala em nortear “o trabalho dos jornalistas da **Folha**”, deixa implícito que seus profissionais precisam do manual para terem (a necessária e eficaz) orientação. Podemos acrescentar que não basta saber escrever (dizer), tem que fazê-lo bem (feito). E isso só é possível por meio da(s) consulta(s) ao manual, ou seja, seguindo o padrão estabelecido pela empresa: o que e como ela quer.

Outro recorte dessa mesma SD diz que a “elaboração deste livro obedeceu a alguns princípios básicos”. Esse discurso sofre um deslocamento para os domínios dos saberes religioso e jurídico, pois quem obedece cumpre ordens de outrem, submete-se à vontade de outrem. E o cumprimento de ordens, em geral, está relacionado a “Deus” e ao Direito (às leis).

Essa mesma SD nos fornece outras pistas para análise quando diz: “A exemplo das versões anteriores, ele procura condensar uma concepção de jornal e tornar disponível para o público leitor uma pauta de compromissos, dando-lhe a possibilidade de fiscalizar sua execução”. A primeira delas se refere ao público leitor (do jornal) como um dos públicos-alvo do manual disponível para aquisição/compra no mercado. Outra é quanto às formações imaginárias; a imagem que a Folha de S.Paulo faz do público leitor do jornal. Público esse que pode ser fiscalizador de suas ações, da execução de “suas atividades diárias”. Diz ainda: “dando-lhe a possibilidade”; possibilidade é o que pode ser, mas não que necessariamente é.

Essa é uma prática comum nos veículos de comunicação, principalmente na atualidade: o (bom) relacionamento com o público leitor/ouvinte/telespectador; a interatividade que dizem existir. Vejamos o que diz Pena (2012, p. 100) a esse respeito:

[...] o grande capital da convergência tecnológica é o banco de dados formado por informações de cadastro. O consumidor/telespectador/usuário é convidado a opinar sobre produtos e registrar seus gostos e hábitos. A partir dessas informações as empresas condicionam os hábitos de consumo e geram novos processos de significação que vão sendo incorporados ao cotidiano como se fossem naturais. [...] Segundo Moraes<sup>30</sup>, os megaconglomerados de informação já controlam dois terços de toda a informação veiculada no mundo. O detalhe é que são eles os principais financiadores das pesquisas sobre interfaces e, portanto, detentores da linguagem da convergência. Enquanto as pesquisas sobre a interface não evoluem, a interatividade limita-se ao plano do discurso e não passa de uma ilusão vendida como realidade aplicável. O que concebemos como interatividade está inserido em modelo reativo, em que os conteúdos continuam gestados pelos conglomerados multinacionais de mídia, estes sim cada vez mais interessados na convergência tecnológica, principalmente nas mais variadas bolsas de valores do mundo.

---

<sup>30</sup> Dênis Moraes, no livro *Planeta mídia: tendências da comunicação na era global*. Campo Grande: Letra Livre, 1998.

Sigamos para a próxima SD, que continua a mencionar o leitor como possível consulente do manual.

**SD9** - Esta edição procurou também atender ao interesse dos leitores que utilizam o manual como fonte de consulta. Assim, ela traz uma série de anexos (gramatical, jurídico, médico e outros) cujo objetivo é oferecer ao público uma obra de referência – concisa, porém abrangente – e ao mesmo tempo dar subsídios à atividade jornalística, sem ter, evidentemente, a pretensão de substituir a consulta a especialistas.

Aqui, o discurso dá continuidade à ideia de leitor-contribuinte do manual como respondente, aquele que dá retorno à empresa informando-lhe sobre seus anseios, necessidades. Daí que o manual atende a essas reivindicações e “oferta-lhes” “uma série de anexos (gramatical, jurídico, médico e outros), cujo objetivo é oferecer ao público uma obra de referência –concisa, porém abrangente”.

Ainda analisando a relação da empresa com o público, podemos afirmar que, em sendo o manual (“uma obra de referência”) utilizado como objeto de consulta por leitores, pressupõe-se a publicação como mercadoria posta à venda. Segundo Sodré (1966), a história da imprensa se confunde com a história do desenvolvimento da sociedade capitalista. Já naquela época, ele apontava para o que hoje se chama globalização. E a imprensa (ou mídia), da mesma forma que teve de se adequar às exigências impostas pelo mercado global (ela mesma um produto do mercado), também teve papel importante para o seu desenvolvimento, difusão e sedimentação. Portanto, ligando isso à uniformização à qual se pretendem os manuais de imprensa, segue Sodré (1966, p. 1):

[...] em que pese tudo o que depende de barreiras nacionais, de barreiras lingüísticas, de barreiras culturais, – como a imprensa tem sido governada, em suas operações, pelas regras gerais da ordem capitalista, particularmente em suas técnicas de produção e de circulação – tudo conduz à uniformidade, pela universalização de valores éticos e culturais, como pela padronização do comportamento. As inovações técnicas em busca da mais ampla divulgação, acompanham e influem na tendência à uniformidade.

Entendemos que a empresa visa ao controle de sentidos e não só dos seus jornalistas (quando diz, por exemplo, “e ao mesmo tempo dar subsídios à atividade jornalística”), mas também do público leitor do jornal e, ou, consulente do manual, direcionando a uma uniformização da língua e “de valores éticos e culturais”.

Sobre o trecho final da atual SD em análise (“e ao mesmo tempo dar subsídios à atividade jornalística, **sem ter, evidentemente, a pretensão de substituir a consulta a especialistas**”, grifos nossos), notamos a presença do discurso da liberdade, quando o jornal não diz mas deixa escapar que seus jornalistas não estão obrigados a utilizar exclusivamente o manual (que é uma espécie de especialista) e podem consultar outros “especialistas”.

É nessa mesma perspectiva, com o discurso de liberdade, que está inserida a próxima SD:

**SD10** - O novo manual também traduz uma flexibilização progressiva das normas presentes nas edições de 1984 e 1987, mais impositivas. Ele consubstancia os princípios da última versão do projeto editorial da **Folha** – divulgada em 1997 e aqui reproduzida – e procura orientar a aplicação desse projeto na prática cotidiana dos jornalistas. (Grifo da publicação).

Aqui, o manual é apresentado como mais flexível que os anteriores, ao apresentar normas menos “impositivas”, deixando implícito que antes (nos “velhos” manuais) o discurso autoritário se fazia mais presente que atualmente (no “novo”). Dessa forma, está silenciado que as normas “mais impositivas” eram reflexo do período ditatorial (que ficou para trás; é passado), época em que o Brasil era governado por um regime militar e praticante permanente de censura.

Esse “novo manual”, segundo outro recorte dessa SD, tem por objetivo consolidar, concretizar (já que “consubstancia”) os princípios do projeto editorial da empresa, apresentado no miolo da publicação e que diz:

A **Folha** orienta sua conduta por um projeto editorial que vem se desenvolvendo desde meados da década de 70. Sucessivos documentos têm detalhado esse projeto. O objetivo essencial é produzir um jornalismo crítico, moderno, pluralista e apartidário (FOLHA DE S.PAULO, 2001, p. 115, grifo da publicação).

Os profissionais da casa precisam, portanto, se inserir nessa lógica, como a do pluralismo, visto pelo jornal como necessário, já que “todas as tendências ideológicas expressivas da sociedade devem estar representadas no jornal” (FOLHA DE S.PAULO, 2001, p. 47). “Tendências ideológicas expressivas” pressupõem a existência de tendências pouco ou nada expressivas. Logo, podemos afirmar que as ideologias capitalista, neoliberal, religiosa têm espaço garantido.

E também na lógica do apartidarismo, “sem bandeiras”, ao menos internamente e no exercício da profissão em nome do jornal, o qual, segundo trecho extraído do manual, “não se



atrela a grupo, tendência ideológica ou partido político, mas procura adotar posição clara em toda questão controversa. Mesmo quando defende tese, idéia ou atitude, a **Folha** não deixa de noticiar e publicar posições divergentes das suas” (FOLHA DE S.PAULO, 2001, p. 36, grifo da publicação).

Uma vez inserida na lógica do capital (ideologia dominante), como essa empresa não estaria atrelada a uma tendência ideológica, se o funcionamento das formações sociais tem articulação intrínseca com o funcionamento de ideologias? De acordo com Orlandi (2002, p. 17):

[...] não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido. [...] Conseqüentemente, o discurso é o lugar em que se pode observar essa relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para os sujeitos.

A ideologia, lembremos, tem seu funcionamento atrelado à luta de classes e às suas motivações econômicas. Notamos, então, nessa SD e no texto complementar, um movimento de contradição do sujeito, pois só existe ideologia pelo sujeito e para o sujeito.

### 4.3 O Estado de S. Paulo

A nossa análise, agora, debruça-se sobre o Manual de Redação e Estilo, de O Estado de S. Paulo, cuja 3ª edição é de 1997, com versão revista e ampliada em 2002 – esta, aqui, verificada. De autoria de Eduardo Martins, jornalista do matutino paulistano, o livro traz apresentação do diretor de redação Aluizio Maranhão. É especificamente esse texto que é aqui tomado para análise. A primeira sequência discursiva que apresentamos é a seguinte:

**SD11** - O *Manual de Redação e Estilo* de **O Estado de S. Paulo** virou notícia faz muito tempo, desde 1990, quando foi lançada sua primeira edição. Afinal, em um país que ostenta carências profundas no acesso das pessoas à cultura e informação e a tiragem média dos livros não se distancia da faixa dos 3 mil exemplares, um *Manual* com estas características já ultrapassa a barreira das 500 mil unidades distribuídas. Trata-se sem dúvida de uma boa notícia, por servir de termômetro do interesse em escrever melhor, num português objetivo e correto, mas sem pedantismos. (Grifos da publicação).

Os recortes “O Manual de Redação e Estilo de O Estado de S. Paulo virou notícia faz muito tempo” e “Trata-se sem dúvida de uma boa notícia” trazem em seu intradiscurso um atravessamento do interdiscurso jornalístico a partir da utilização das expressões “virou notícia” e “uma boa notícia”. Dessa forma, o discurso de Aluizio Maranhão, inscrito na FDJ, provoca um deslocamento no sentido de notícia, indicando que o manual, assim como os acontecimentos, os fatos jornalísticos, é um produto noticioso, que repercute (circula) entre os leitores, gerando formação de opinião nesse meio social.

Para sustentar a veracidade dessa “informação”, faz-se uma comparação entre a tiragem média dos livros no Brasil (o que implica numa dependência das tiragens ao interesse dos leitores ou seu poder de compra) e o próprio manual, que “já ultrapassa a barreira das 500 mil unidades distribuídas”. A distribuição aqui referida corresponde, segundo o catálogo de vendas da livraria Moderna (editora que publicou o manual) em seu site, à comercialização em livrarias do país e também à doação de exemplares a leitores do jornal quando da renovação de suas assinaturas.

Notamos um silenciamento no discurso quando se coloca que o manual de O Estado de S. Paulo possui as características promotoras de cultura e informação às pessoas que vierem a consultá-lo, além de se colocar como mais atraente que obras literárias e produtos editoriais em geral, enquanto a população demonstra pouco interesse, registrando uma tiragem média que “não se distancia da faixa dos 3 mil exemplares”.

Ao dizer “um país que ostenta carências profundas no acesso das pessoas à cultura e informação” e “por servir de termômetro do interesse em escrever melhor, num português objetivo e correto, mas sem pedantismos”, esse discurso revela uma filiação pedagógica, provocando um sentido de que o manual serve para ajudar a quem quer escrever, fazê-lo bem, ou a quem já escreve, fazê-lo melhor.

Mas tal objetivo revela que a “formação” oferecida pelo manual (semelhante aos outros dois manuais anteriormente analisados), a partir do “ensino” de técnicas jornalísticas (“num português objetivo”), é também direcionado a todo o público consulente, estendendo, assim, um direcionamento, um condicionamento, isto é, uma tentativa de controle de sentidos, antes restrita à redação do jornal. Esse discurso termina por silenciar o intuito da empresa jornalística (em nada diferente das demais) em formar/treinar leitores para não apenas aprenderem a escrever (e bem), mas também a “aprender” como o jornal deve ser lido, homogeneizando a forma de pensar de acordo com a linha de raciocínio da empresa.

A próxima SD igualmente apresenta elementos do discurso pedagógico. Vejamos:

**SD12** - De autoria do jornalista Eduardo Martins, 57 anos, 37 deles dedicados ao ofício de moldar textos na redação do **Estado**, o *Manual* chega agora à terceira edição. [...] A missão de Eduardo Martins tem de ser cumprida em tempos difíceis, diante do grande estrago causado em atividades que dependem da Língua Portuguesa pelo longo período de trevas em que o ensino no País foi tragado pela falência da máquina pública. Hoje, fala-se e escreve-se pior que em gerações passadas. E as redações brasileiras não são nenhum oásis nesse deserto. Mas, se padecem da mesma síndrome que ataca nos exames para o vestibular e nos textos de telenovelas, as redações podem e devem se converter em sólidas trincheiras de defesa do conhecimento da língua. O *Manual* é uma afiada arma nessa guerra. (Grifos da publicação).

Atravessado pelo interdiscurso religioso (“missão”, “trevas”, “padecem”) e pelo interdiscurso bélico (“ataca”, “trincheiras”, “defesa”, “afiada arma” e “guerra”), o (intra)discurso do manual mantém a contextualização da publicação numa sociedade com pouca educação (ou educação carente de qualidade), que resulta no quase inexistente domínio da língua portuguesa. Os sentidos dos discursos religioso e bélico são ressignificados, portanto, para mais uma vez apresentarem o manual como a “salvação” para estudantes, vestibulandos, escritores, dramaturgos, atores e, óbvio, jornalistas, os quais devem dele se utilizar para que as redações “se convertam em sólidas trincheiras de defesa do conhecimento da língua”, pois, “o *Manual* é uma afiada arma nessa guerra”.

Outro recorte dessa mesma SD apresenta marcas com referência ao regime militar sob o qual o Brasil esteve submetido entre 1964 e 1985: “**longo período de trevas** em que o ensino no País foi tragado pela **falência da máquina pública**. Hoje, fala-se e escreve-se pior que em **gerações passadas**” (grifos nossos). Atualmente, ainda vivemos reflexos (“tempos difíceis”) provocados pela ditadura militar, e a educação sem qualidade é resultado da “falência da máquina pública”, já que os dirigentes militares não tinham interesse em formar uma população com senso crítico, capaz de refletir e encarar combativamente o autoritarismo, ainda que ameaçada por armas e outros tipos de repressão.

Somos, portanto, representantes de gerações que viveram o referido período ou que dele resultaram. Nesse universo, incluem-se, obviamente, os jornalistas, que precisam do suporte do manual para escreverem melhor; isso porque, “as redações brasileiras não são nenhum oásis nesse deserto”.

Nessa SD, ainda notamos forte presença de uma memória discursiva de um passado recente: o período do regime militar. Provavelmente, por isso, deslocam-se sentidos de guerra, batalha, luta armada para seu discurso. Ele atribui, principalmente ao regime militar, os “tempos

difíceis” e o “grande estrago causado em atividades que dependem da Língua Portuguesa” no Brasil.

Esse interdiscurso deve se justificar pela experiência de censura vivida pelo jornal O Estado de S. Paulo, o qual (assim como outros veículos) teve, notadamente depois do presidente Costa e Silva baixar o AI-5 (em 13 de dezembro de 1968), muitas de suas notícias impedidas de serem publicadas. Em resposta, os jornais deixavam propositalmente vastos espaços em branco em suas páginas para dar ao leitor a noção da censura sofrida. Outra atitude de O Estado de S. Paulo, ao lado do Jornal do Brasil, em determinado momento, foi a de publicar, como forma de protesto, receitas de bolos e poemas de Luís de Camões.

Curiosamente e de um conservadorismo extremo, o jornal O Estado de S. Paulo apoiou o golpe militar logo no seu início. A esse respeito, vejamos o que diz Bahia (2009, p. 321, grifos do autor):

*O Estado de S. Paulo* que, como outros veículos, também participa da conspiração de militares e civis para derrubar Goulart, diz ainda em abril de 64, no editorial “Não há pressa, senhores do Governo”, que projetos como o da reforma agrária e o da extensão do voto ao analfabeto não são prioritários. A imprensa e o poder revolucionário estabelecem uma relação direta, íntima, mas que não chega a ser duradoura.

A convivência das ideologias dominantes no golpe de 64 é interrompida pelo impasse ético que se cria entre os líderes militares e os diretores dos grandes jornais que toleram tudo, menos a censura “vexatória”, executada por delegados do arbítrio. A imprensa conservadora teme o prolongamento das medidas ditatoriais e, embora exalte acertos econômicos, mostra-se pessimista quanto à evolução política e cética quanto à liberdade de opinião.

Em 1966, os grandes jornais já não têm dúvidas do tipo de controle a que responderão. Em editorial, *O Estado de S. Paulo* antecipa que o projeto de lei de imprensa inspira-se num estatuto fascista que fica “entre Franco e Salazar”. Mandatos cassados e direitos políticos suspensos incluem jornalistas, escritores, professores, animadores culturais, além de dirigentes partidários e parlamentares.

Vejamos agora as SDs a seguir:

**SD13** - Há 20 anos ou mais, as regras internas de redação eram exclusividade dos jornais. Não se pensava em editá-las para o público. Aquilo era coisa para dicionaristas e/ou gramáticos, pessoas tidas como grandes eruditos e detentores de um saber que beirava o inacessível.

**SD14** - Cada um dos seus verbetes traz a experiência de quem chefiou incontáveis editoriais no jornal, foi seu secretário de Redação e já por oito anos auxilia a Direção da Redação no controle da qualidade dos textos publicados.

Novamente, aqui, o texto do manual aparece carregado de apelo pedagógico, da mesma maneira como mantém a extensão no intuito de controle de sentidos para o público, quando revela que “as regras internas de redação eram exclusividade dos jornais. Não se pensava em editá-las para o público”.

Em outros dois recortes, identificamos a comparação do manual com dicionários e gramáticas, antes impossível de acontecer, pois “era coisa para dicionaristas e/ou gramáticos, pessoas tidas como grandes eruditos e detentores de um saber que beirava o inacessível”.

Marca-se, pois, uma distância no tempo com verbos conjugados no passado (“era”, “beirava”), assim como outra distância (o “inacessível”), hoje já “solucionada” com a publicação dos manuais proporcionando a “experiência” do jornalista, autor do manual, chegar próximo ao público. É, na verdade, um efeito de sentido de normatização, de manual como passível de substituir as consultas às gramáticas e aos dicionários, embora o autor do texto de apresentação diga mais à frente que ele seja “adotado até como **livro de auxílio** para o ensino do Português nas escolas” (grifos nossos).

Se, por um lado, o discurso apresenta um efeito de sentido de normatização, no qual o manual substituiria as gramáticas, por outro, o texto traz uma colocação (não menos humilde) de livro de auxílio, mas que serve para o ensino da língua, ainda que apresente/contenha regras do texto jornalístico, um texto de natureza específica, com suas particularidades, que faz um recorte de mundo baseado nas limitações de tempo/espço de publicação/veiculação das notícias.

Ainda quanto à SD13, percebe-se também a imagem que se faz do autor do manual em detrimento dos gramáticos e lexicógrafos, “pessoas tidas como grandes eruditos e detentores de um saber que beirava o inacessível”. O escritor desse manual é alguém que “traz a experiência de quem chefiou incontáveis editorias no jornal, foi seu secretário de Redação e já por oito anos auxilia a Direção da Redação no controle da qualidade dos textos publicados”; está implícito, portanto, tratar-se de uma pessoa detentora de uma linguagem e um saber que não beira “o inacessível”; afinal de contas, é um jornalista, profissional que sabe e tem que adequar seu texto à coloquialidade, preceito básico para a elaboração de textos noticiosos.

Além disso, vemos a presença do “controle de qualidade”, que nos provoca algumas reflexões, como esta: a qualidade precisa ser controlada ou simplesmente existir? Entendemos que qualidade é e, se realmente existe nas várias situações, por si só basta. Mas quando se refere claramente à política do controle de qualidade, percebemos que ou ela é inexistente (ou de pouca presença) ou a real intenção do jornal é mesmo a de uma espécie de censor, que tem como função averiguar termos empregados e o estilo utilizado pelo jornalista em seu texto.

Logo, isso pode resultar em advertência e vários níveis de punição. Pois, vejamos o que nos diz sobre isso a próxima sequência discursiva:

**SD15** - Não é uma tarefa fácil. O mato-grossense Eduardo Martins lê o jornal diariamente com olhos de lupa, capazes de esquadriñar de erros ortográficos a construções gramaticais mal desenhadas, passando por desobediências das normas adotadas pelo **Estado** para grafar datas, números, hora, nomes de personalidades estrangeiras, e assim por diante. Toda essa auditoria a serviço da Língua Portuguesa – e do leitor – se materializa em anotações à margem das páginas do jornal, encaminhadas a cada um dos editores para as providências necessárias. Esse trabalho permite a Eduardo dar tiros certos contra o desconhecimento da língua. Além de registrar os escorregões de repórteres e redatores, ele cotidianamente faz transmitir para cada um dos terminais de computador de todos os jornalistas do **Estado** regras e instruções extraídas do próprio *Manual*, ou impostos por situações novas, para que os erros deixem de ser cometidos. (Grifos da publicação).

Ao dizer “encaminhadas a cada um dos editores para as providências necessárias”, está implícito que pode haver alertas, advertências ou outras punições mais severas em caso de recorrência de “desobediências das normas adotadas pelo **Estado**” (grifo do autor). Atitudes que corroboram com outros discursos transversos presentes nessa SD, senão vejamos: administrativo (auditoria), militar (desobediência, a serviço) e bélico (tiros certos).

Reforçando a defesa de “manual-messias”, apresentada mais acima, trazemos esta outra sequência discursiva:

**SD16** - A profissionalização crescente da atividade jornalística, porém, permitiu que se percebesse que aqueles manuais poderiam ser editados em livro para um mercado carente de publicações voltadas para a aplicação prática da língua. [...] o *Manual* democratiza um acervo de conhecimentos até bem pouco tempo atrás confinado nas redações. (Grifo da publicação).

Aqui, os manuais são justificados pela lacuna aberta com a carência “de publicações voltadas para a aplicação prática da língua”. Fica evidenciada que a aplicação prática da língua é comum ao jornalismo, mas está implícito que tal aplicação é pouco vista ou mesmo inexistente nas publicações de natureza gramatical ou lexicográfica. Mas se a língua é viva – e é –, sua prática se dá no dia a dia, nas relações interpessoais, que prescindem de um domínio formal, pois é pela fala (e não na escrita) que se dão as interlocuções.

A “importância” do manual ainda aparece no recorte seguinte, ao mencionar o quão “democrático” ele é, externando os conhecimentos antes exclusivos da imprensa. Na verdade, o que vemos é que mercado carente e democratização são efeitos de sentido produzidos pela ressignificação do sentido de comercialização da mercadoria manual de redação e estilo. E o que possibilita essa ressignificação é a inserção na lógica do capital; a necessidade de produzir/gerar lucro para “manter-se” viva, competitiva e entre as empresas líderes.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos ao fim desta pesquisa apontando para seu objetivo, que foi o de analisar as relações de poder implícitas nos editoriais (apresentações/introduções) dos manuais de redação e estilo dos jornais Folha de S.Paulo, O Globo e O Estado de S. Paulo, além de investigar o motivo de suas chegadas ao mercado editorial, e, com isso, contribuir para uma reflexão histórico-ideológica acerca das pretensões e ideologias desses veículos de imprensa. Relações de poder, essas, que são do campo da língua e se inscrevem na língua, discutindo a relação entre poder e ideologia, poder que já é ideológico.

A partir dos dispositivos teórico-metodológicos da Análise do Discurso de filiação francesa, foi possível detectar a existência da formação discursiva jornalística (FDJ). Demos esse nome (FDJ) à formação discursiva que engloba os elementos do saber jornalístico, os quais apresentam, na teoria jornalística, entre outras características, técnicas e formas de como a notícia deve ser escrita e veiculada, sem a possibilidade de opinião de quem a redige e a reporta, uma vez que, subsumido a essa técnica, não se permite que o autor do texto noticioso se posicione sobre o fato noticiado.

Assim, foi possível realizar análises que apontam para os manuais como produto mercadológico e instrumentalizador da língua e da linguagem em geral e que se colocam como possíveis substitutos de gramáticas e dicionários da língua portuguesa, defendendo que eles próprios são de mais fácil leitura e consulta para o público geral.

Quando voltados aos seus quadros profissionais, os veículos de comunicação, por meio dos manuais, buscam aplicar o “padrão de qualidade”. Isso envolve uma padronização de formato de texto, seleção de vocabulário determinado, além do comportamento de seus jornalistas, o que implica em duas situações: uma em relação à divisão social do trabalho e outra à imprensa enquanto produtora de visibilidade histórica.

Quanto à divisão de trabalho, ela remete à constituição dessa representação dupla para a imprensa em relação ao fato jornalístico e seu tratamento: objetividade (neutralidade, imparcialidade) e subjetividade (opinião). A imprensa funciona institucionalmente a partir da divisão do trabalho de autoria, a qual é autorizada a alguns e privada a outros.

Ela mesma, a imprensa, está autorizada a falar e a eleger o que falar, apontando como fazê-lo a partir dos manuais. É exatamente com a visão capitalista, empreendedora, que jornais e veículos de outra natureza, percebendo um nicho mercadológico, decidiram ocupá-lo, somando-se a esse oportunismo a imagem que se tem de uma educação falha, que não ensina a língua a contento na escola.



Levando-se, pois, em consideração que as grandes empresas de comunicação de massa se organizam em verdadeiros conglomerados, pode-se apontar os manuais de redação e estilo como ferramentas de difusão e manutenção da ideologia da classe dominante, das elites. Seus discursos apresentam determinadas posições políticas e ideológicas fundadas no capitalismo e, por estarem posicionados, articulam sentidos pelo que dizem ou deixam de dizer.

E como os manuais pretendem “ensinar” a escrever, a como dizer e a dizer bem, dão indicação de que pretendem se manter ativos nesse mercado de “ensino” da escrita. Com a reforma ortográfica da língua portuguesa já em vigor, os manuais de redação e estilo foram revistos e reeditados a fim de se adequarem às mudanças. As novas regras da língua portuguesa foram, sem dúvida, uma excelente “notícia” para as empresas detentoras de jornais e que publicam manuais, uma vez que terão mercado e público garantidos ao estarem renovadamente disponíveis nas livrarias.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. Althusser, a ideologia e as instituições: introdução crítica. *In*: ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**: notas sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). 5. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1991.

ALMANAQUE DA COMUNICAÇÃO. **200 anos de imprensa no Brasil**: os primeiros manuais de redação. Disponível em <http://www.almanaquedacomunicação.com.br/blog/?p=456>. Acesso em: 16 set. 2016.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). 5. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1991.

AMARAL, Maria Virgínia Borges. Análise do discurso: língua, história e ideologia. **Leitura**, Maceió, n. 23, p. 25-46, 2002.

AMARAL, Maria Virgínia Borges. **Discurso e relações de trabalho**. 2. ed. Maceió: Edufal, 2016.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS (ANJ). **Imprensa brasileira**: dois séculos de história, 2008. Disponível em: <http://www.anj.org.br>. Acesso em: 18 nov. 2018.

AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.

AZEVEDO, Júlio Arantes. **O discurso da democratização da comunicação**: memória, lutas e efeitos de sentido. Maceió: Edufal, 2017.

BAHIA, Benedito Juarez. **Jornal, história e técnica**: história da imprensa brasileira. 5. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. vol. 1.

BAKHTIN, Mikail; VOLOCHÍNOV, Valentin N. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 10. ed. São Paulo: Hucitec & Annablume, 2002.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. **Mercado brasileiro de televisão**. 2. ed. rev. e ampl. São Cristóvão, SE: Universidade Federal de Sergipe; São Paulo: Educ, 2004.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à Análise do Discurso**. 7. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

CAVALCANTE, Maria do Socorro Aguiar de Oliveira. **Qualidade e cidadania nas reformas da educação brasileira**: o simulacro de um discurso modernizador. Maceió: Edufal, 2007.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos, SP: Edufscar, 2009.

ERBOLATO, Mário L. **Técnicas de codificação em jornalismo**: redação, captação e edição no jornal diário. 5. ed. São Paulo: Ática, 2008.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **Da ambigüidade ao equívoco**: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2000.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. Nas trilhas do discursivo: a propósito de leitura, sentido e interpretação. *In*: ORLANDI, Eni P. (org.). **A leitura e os leitores**. Campinas: Pontes, 1998.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro (coord.). **Glossário de termos do discurso**. Porto Alegre: UFRGS. Instituto de Letras, 2001.

FLORENCIO, Ana Maria Gama. O enunciado e a polifonia em Bakhtin. **Leitura**, Maceió, n. 30, p. 237-253, 2005.

FOLHA DE S.PAULO. **Manual da redação**: Folha de S.Paulo. 7. ed. São Paulo: Publifolha, 2001.

GARCIA, Luiz (org. e ed.). **O Globo**: Manual de redação e estilo. 28. ed. São Paulo: Globo, 2003.

GRANTHAM, Marilei Resmini. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). *In*: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (orgs.). **Michel Pêcheux e a análise do discurso**: uma relação de nunca acabar. São Carlos: Claraluz, 2005. p. 137-142.

HENRY, Paul. Os fundamentos teóricos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux (1969). *In*: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

INFOGLOBO. **Nossos produtos**. Disponível em:

<https://www.infoglobo.com.br/Anuncie/ProdutosDetalhe.aspx?IdProduto=92>. Acesso em: 18 nov. 2018.

INSTITUTO VERIFICADOR DE CIRCULAÇÃO. **Auditorias**. Disponível em:

<https://ivcbrasil.org.br/#/auditorias>. Acesso em: 18 nov. 2018.

KOTLER, Philip. **Marketing para o século XXI**: como criar, conquistar e dominar mercados. São Paulo: Ediouro, 2009.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

LUSTOSA, Isabel. **O nascimento da imprensa brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

MAGALHÃES, Belmira. O sujeito do discurso: um diálogo possível e necessário. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, SC, v. 3, número especial, p. 73-90, 2003.

MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso**: (Re)ler Michel Pêcheux hoje. Campinas: Pontes, 2003.

MARANHÃO, Aluizio. Apresentação. In: **Manual de Redação e Estilo de O Estado de S. Paulo**. São Paulo: O Estado de S. Paulo; Moderna, 1997. p. 5-7.

MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: De como o discurso jornalístico constrói memória). In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). **Discurso fundador**: a formação do país e a construção da identidade nacional. Campinas, SP: Pontes, 1993. p. 31-42.

MARTINS FILHO, Eduardo Lopes. **Manual de Redação e Estilo de O Estado de São Paulo**. 3. ed. São Paulo: O Estado de S. Paulo; Moderna, 1997.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã** (I – Feuerbach). 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1987.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista**. 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. (org.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008, v. 1, p. 23-44.

NOBLAT, Ricardo. O atraso da vanguarda. In: NOGUEIRA, Nemércio (coord.). **Jornalismo é...** São Paulo: Xenon, 1997.

ORLANDI, Eni P. A escrita da análise de discurso. **Cartografias**, n. 30, 2000.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 4. ed. Campinas: Pontes, 2002.

ORLANDI, Eni P. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ORLANDI, Eni P. Do sujeito na história e no simbólico. In: **Escritos** (publicação do Laboratório de Estudos Urbanos - Labeurb/Nudecri/Unicamp), n. 4. Campinas: Unicamp, 1999.

ORLANDI, Eni P. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 1996.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni P. (org.). **Gestos de leitura**: da história no discurso. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 3. ed. Campinas: Pontes, 2002.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). *In*: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

RICHERS, Raimar. **O que é marketing**. Coleção Primeiros Passos, n. 27. São Paulo: Brasiliense, 2006.

SILVA, Sóstenes Ericson Vicente da. **Agronegócio e agricultura familiar**: a desfaçatez do Estado e a instabilidade do discurso do capital. Maceió: Edufal, 2015.

SILVA, Telma Domingues da. Mídia e imagem urbana: tecnologia no discurso jornalístico. *In*: ORLANDI, Eni (org.). **Cidade atravessada**: os sentidos públicos no espaço urbano. Campinas: Pontes, 2001a. p. 151-163.

SILVA, Telma Domingues da. Os manuais da imprensa no Brasil: da redação à circulação pública. *In*: ORLANDI, Eni P. (org.). **História da idéias lingüísticas**: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional. Campinas, SP: Pontes; Cáceres, MT: Unemat Editora, 2001b. p. 273-307.

SILVA, Telma Domingues da. Referências de leitura para o leitor brasileiro na imprensa escrita. *In*: ORLANDI, Eni P. (org.). **A leitura e os leitores**. Campinas: Pontes, 1998. p. 171-208.

SILVA SOBRINHO, Helson Flávio da. **Discurso, velhice e classes sociais**: a dinâmica contraditória do dizer agitando as filiações de sentidos na processualidade histórica. Maceió: Edufal, 2007.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A história da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**: porque as notícias são como são. 3. ed. rev. Florianópolis: Insular, 2012. vol. 1.